



IPV - ESEV |



Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Trabalho efectuado sob a orientação de



Instituto Politécnico de Viseu
Escola Superior de Educação de Viseu

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Sara Sofia da Silva Pereira Oliveira n.º 11049 do curso Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco declara sob compromisso de honra, que o trabalho de projeto é inédito e foi especialmente escrito para este efeito.

_____, ____ de _____ de 20__

A aluna, _____

AGRADECIMENTO

Neste trabalho final, que implicou uma longa jornada de aprendizagem e crescimento, tanto pessoal como profissional, quero aproveitar para agradecer a todos os envolvidos.

Em primeiro lugar, queria deixar um agradecimento muito especial e sentido às minhas orientadoras, Professora Doutora Rosina Fernandes e Professora Doutora Cátia Magalhães, por todo o acompanhamento atento e próximo, pela paciência, pela constante disponibilidade, brevidade de resposta e apoio, dedicação, profissionalismo, simpatia, por toda a confiança depositada e por todos os incentivos que me ofereceram. Foi sem dúvida um percurso longo, que implicou muito do vosso tempo e atenção, e que se tornou muito mais leve por me encorajarem e acreditarem em mim.

Gostaria de agradecer à Professora Doutora Armanda Gonçalves e seus colaboradores pela autorização do uso da versão portuguesa da Escala Casey Life Skills.

A todos os diretores técnicos, técnicos e educadores dos lares de acolhimento residencial que aceitaram colaborar no estudo, sem os quais a presente investigação não seria possível. Gostaria de deixar um agradecimento especial à Dra. Telma Sousa, por estar presente em grande parte do meu percurso académico, como mentora e como exemplo. Por apoiar e incentivar o meu trabalho e por orientar e acompanhar o meu crescimento académico e profissional.

Por último, aos meus pais, irmã e amigos. Meus queridos pais, os meus pilares, que dedicaram muito do seu tempo e suor para que esta etapa da minha vida se concretizasse, que me apoiaram, motivaram e que acreditaram, mesmo quando eu duvidei. Sem eles, não teria força para lutar, nem porto seguro para voltar, nem chão firme para caminhar. Não cabe num obrigada toda a gratidão que tenho, pela vossa presença e por todos os esforços e recursos que me dedicaram. Minha querida irmã, obrigada por toda a compreensão, apoio e por todo o carinho. Meus queridos amigos, por me apoiarem e empurrarem quando foi preciso, por não me deixarem desistir e fazer frente aos desafios e por lutarem a meu lado ao longo de todo este percurso académico. A ti Inês, por todo o carinho, paciência, compreensão e dedicação, por me encorajares e motivares quando mais precisei. Obrigada pela presença!

A todos, um grande obrigada!

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1. <i>Crianças e jovens em risco e/ou perigo</i>	4
2. <i>Acolhimento residencial na promoção e proteção de crianças e jovens em perigo</i>	9
3. <i>A importância da promoção de autonomia em casas de acolhimento residencial</i>	15
CAPÍTULO II - PLANO DE INVESTIGAÇÃO.....	28
1. <i>Apresentação do estudo e seus objetivos</i>	28
2. <i>Metodologia</i>	29
2.1. <i>Caracterização da amostra</i>	29
2.2. <i>Instrumentos</i>	30
2.3. <i>Procedimentos</i>	31
2.4. <i>Técnicas de análise de dados</i>	32
3. <i>Apresentação e discussão de resultados</i>	32
3.1. <i>Implementação de programas estruturados de promoção de autonomia em casas de acolhimento residencial</i>	32
3.2. <i>Análise descritiva da Escala Casey Life Skill – competências trabalhadas e recurso a programa/situações do quotidiano</i>	34
CONCLUSÃO	48
BIBLIOGRAFIA	51
ANEXOS.....	58
Anexo A - Cronograma do Projeto.....	58
Anexo B – Pedido de autorização para utilização do instrumento <i>Casey Life Skills</i>	60
Anexo C – Pedido de autorização para recolha de dados nas instituições	62
Anexo D – Questionário.....	63

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica dos participantes.....	29
Tabela 2 - Estatística descritiva dos itens e total da subescala Competências de Vida Diárias.....	35
Tabela 3 - Estatística descritiva dos itens e total da subescala Competências de Autocuidado.....	37
Tabela 4 - Estatística descritiva dos itens e total da subescala Competências de Relacionamento e Comunicação.....	38
Tabela 5 - Estatística descritiva dos itens e total da subescala Habitação e Gestão de dinheiro.....	40
Tabela 6 - Estatística descritiva dos itens e total da subescala Trabalho e estudos.....	42
Tabela 7 - Estatística descritiva dos itens e total da subescala Planeamento da Carreira e Educação.....	43
Tabela 8 - Estatística descritiva dos itens e total da subescala Projeção do Futuro.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS

AC - Análise de Conteúdo

AD - Análise de Discurso

CAR - Casas de Acolhimento Residencial

CAT - Casas de Acolhimento Temporário

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

CLS - *Casey Life Skills*

CNPCJR - Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CNPDP CJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ECMIJ - Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

FCG - Fundação Calouste Gulbenkian

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS - Instituto da Segurança Social

LIJ - Lares de Infância e Juventude

LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

MBP - Manual de Boas Práticas

PNAI - Plano Nacional de Ação para a Inclusão Social

SPPCJP - Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

SPSS - Statistical Package for Social Sciences

RESUMO

É importante que a intervenção realizada em casas de acolhimento residencial valorize não só a reintegração familiar ou a inserção noutra família, mas também a autonomização gradual com vista à vida independente. O envolvimento sistemático por parte dos técnicos e educadores neste processo de autonomização, permite que se proporcionem mais oportunidades para o desenvolvimento do potencial das crianças e jovens. Tal só é conseguido através do planeamento do futuro num processo suportado pelas estruturas comunitárias existentes. Tendo consciência da reduzida utilização de programas estruturados de autonomia, este estudo procura compreender, na perspetiva dos técnicos e elementos da equipa educativa das casas de acolhimento, as causas deste fenómeno e quais as ferramentas utilizadas ou atividades desenvolvidas para realizar este trabalho em jovens institucionalizados. A amostra é constituída por 23 participantes, técnicos e educadores de casas de acolhimento residencial, de várias regiões do país. Preencheram um questionário, com recurso à *Casey Life Skills* (Nolan et al., 2000) – Escala de Competências de Vida (Gonçalves, Macedo, Pinto, & Azeredo, 2016) adaptada (com autorização dos autores), para obter a perspetiva dos profissionais e não dos jovens. Verificou-se que a maioria das instituições não utiliza um programa estruturado, mas atividades isoladas retiradas de programas ou atividades do quotidiano das crianças e jovens, para promover a sua autonomia. Constatou-se também que as competências mais trabalhadas foram as de relacionamento e comunicação e as menos exploradas centraram-se na área da gestão da habitação e do dinheiro. Parece-nos que será importante investir na formação dos profissionais das casas de acolhimento no âmbito da utilização de programas baseados em evidências que permitam realizar um trabalho cientificamente sustentado potenciador de uma vida independente nestes jovens.

Palavras-Chave: Crianças/jovens em perigo; Casas de acolhimento residencial; Autonomia; Programas estruturados.

ABSTRACT

It is important that intervention in residential care homes values not only family reintegration or inclusion in another family, but also gradual empowerment for independent living. Systematic involvement of professionals and educators in this empowerment process enables more opportunities to be developed for children and young people to develop their potential. This is only achieved through future planning in a process supported by existing community structures. Being aware of the reduced use of structured autonomy programs, this study seeks to understand, from the perspective of the technicians and elements of the nursing home's education team, the causes of this phenomenon and what tools or activities are developed to carry out this work in institutionalized young people. The sample consists of 23 participants, technicians and educators of residential care homes, from various regions of the country. They completed a questionnaire using Casey Life Skills (Nolan et al., 2000) - Life Skills Scale (Gonçalves, Macedo, Pinto, & Azeredo, 2016) adapted (with permission of the authors) to gain insight from practitioners and not young people. It was found that most institutions do not use a structured program, but isolated activities taken from programs and daily activities of children and young people, to promote their autonomy. It was also found that the most worked skills were relationship and communication skills and the least explored were focused on housing and money management. It looks to us that it will be important to invest in the training of home professionals in the use of evidence-based programs that support them to do scientifically sustained work to enhance their independent living.

Key-words: Children and youngsters at danger; Residential care homes; Autonomy; Structured programs.

INTRODUÇÃO

O Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (SPPCJP) tem vindo a mudar de paradigma, convocando e mobilizando a cooperação de entidades públicas e privadas que o integram. Nesta colaboração desenvolvem-se modelos de intervenção, partilham-se saberes e dúvidas, debatem-se convicções e indefinições e alteram-se leis. Quem participa nesta partilha tem o foco e esperança de quem tem consciência de que o caminho é exigente. Todos os que participam devem ser apoiados e estimulados para concretizar um novo paradigma de intervenção melhor, de acordo com o respeito pela dignidade das crianças e jovens, sujeitos autónomos de plenos direitos (Instituto da Segurança Social, 2018).

Atualmente, segundo o Relatório CASA de 2017, do Instituto da Segurança Social (ISS), publicado em 2018, estão distribuídas pelo país 7.553 crianças e jovens em situação de acolhimento residencial e familiar. As Casas de Acolhimento Residencial (CAR) continuam a ser os locais com maior número de crianças e jovens (4.633, correspondentemente 61%), em comparação com outras respostas neste âmbito. Nestes espaços de acolhimento, cumpre às equipas técnicas multidisciplinares responsáveis, o compromisso de garantir a preparação do futuro de cada criança ou jovem acolhidos, a par de toda a intervenção socioeducativa e terapêutica. Para tal, são criados planos de intervenção individuais, cujas fases e dinâmicas devem assentar numa abordagem sistémica. Assim, é necessário definir e concretizar projetos de vida seguros, adequados e oportunos para cada criança ou jovem, de acordo com a decisão do Tribunal ou Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) (Instituto da Segurança Social, 2018).

É então importante que a intervenção valorize, sucessivamente à garantia do superior interesse da criança ou jovem e ao cumprimento escrupuloso do tempo útil, a reintegração familiar (nuclear ou alargada), a inserção noutra família (tutora, adotiva ou de apadrinhamento civil) e a autonomização gradual com vista à vida independente. De acordo com o Relatório CASA de 2017, o projeto com maior expressão, definido para as crianças e jovens acolhidos refere-se à autonomização, sobretudo para os escalões etários dos 15 aos 17 anos e dos 18 aos 20 anos, seguindo-se o projeto de vida da (re)integração na família nuclear. Reforçando estes dados, o Manual de Boas Práticas (MBP) do ISS (2005) salienta que as crianças e jovens devem beneficiar de todos os fatores que promovam o seu crescimento e desenvolvimento. No âmbito das instituições de acolhimento de crianças e jovens, o conceito de projeto de vida configura uma

estratégia de intervenção da estrutura residencial em parceria com outros atores sociais, com a criança ou jovem e com as suas famílias, tendo como objetivo principal a desinstitucionalização segura. Esta estratégia deve ser adaptativa e flexível, deve passar por um trabalho de avaliação e acompanhamento sistemático do processo, e deve ser uma intervenção contínua e projetada para além do tempo de acolhimento da criança ou jovem, promovendo a sua autonomia e independência na transição para a vida adulta fora da instituição (ISS, 2005).

De acordo com Carvalho e Cruz (2015), a autonomia não pode ser dissociada de uma perspetiva ampla de educação, que inclui modalidades formais e informais de intervenção em que se reivindica mais envolvimento em todo o processo. Ainda segundo os autores, responsabilidade e autonomia não são conceitos estáticos, mas noções reconstruídas pelos indivíduos nos contextos sociais em que vivem de acordo com o tempo e espaço concretos. Assim sendo, segundo a mesma fonte, existe uma necessidade de um envolvimento mais sistemático por parte dos técnicos, proporcionando mais oportunidades reais para o desenvolvimento do potencial das crianças e jovens, através do planeamento do futuro num processo suportado pelas estruturas comunitárias existentes.

Segundo a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), nomeadamente a sua atualização pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, as casas de acolhimento residencial devem desenvolver modelos de intervenção socioeducativos adequados às crianças e jovens, devem dar resposta a problemáticas específicas e a necessidades educativas e terapêuticas e os apartamentos de autonomização têm como objetivo promover a autonomia dos jovens. Esta resposta da Segurança Social, é destinada a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 21 anos. São espaços habitacionais, inseridos na comunidade, com o objetivo de acompanhar os jovens no processo de autonomia e desenvolver competências pessoais, sociais, escolares e profissionais (Instituto da Segurança Social, 2016). No caso das casas de acolhimento residencial que não estabelecem o protocolo com a Segurança Social, é sabido que asseguram espaços apropriados, inseridos nos seus estabelecimentos, para realizar este trabalho de autonomia.

Segundo Sousa (2015), a saída do lar é uma das constantes preocupações das casas de acolhimento residencial, especialmente, quando são casas onde o jovem atinge a maior idade. A autora questiona como são preparados os jovens acolhidos para este momento de saída, uma vez que é sabido que na grande maioria das instituições de crianças e jovens é efetuada esta preparação. Esta questão surgiu por se considerar

que esta preparação fica aquém das necessidades dos jovens aquando da sua saída para a vida independente. Conforme nos é indicado pela mesma autora, para prestar este apoio e preparação, a forma mais utilizada é o recurso ao acompanhamento técnico, de orientação, aconselhamento e avaliação psicológica e, a forma menos utilizada é a transição para o apartamento de autonomização, tal como indicam os dados do Relatório CASA (2017). A intervenção neste âmbito decorre sobretudo de situações do quotidiano. Contudo, o trabalho de promoção da autonomia com os jovens pode ser realizado através de programas estruturados. Tendo consciência de que um trabalho baseado em evidência científica aumenta a possibilidade de êxito, compreende-se que as instituições que não realizam este trabalho de forma estruturada reduzem a probabilidade de obter resultados mais eficazes e duradouros.

Para medir estes resultados, isto é, para avaliar a autonomia, numa perspetiva funcional, ou seja, de competências de vida, são escassos os instrumentos que encontramos ajustados à realidade portuguesa, destacando-se o questionário *Casey Life Skills* (Nolan et al., 2000), na versão portuguesa, a Escala de Competências de Vida (Gonçalves, Macedo, Pinto, & Azeredo, 2016). Este instrumento é preenchido pelos(as) jovens institucionalizados(as). No entanto, para percebermos o trabalho que é realizado nas casas de acolhimento residencial no âmbito da promoção de autonomia, nomeadamente explorando se recorrem a programas estruturados ou apenas às situações do quotidiano, será fundamental explorar as perceções dos profissionais (técnicos e equipa educativa) responsáveis pela sua implementação.

Deste modo, e considerando a literatura, o presente projeto pretende explorar as perceções dos técnicos e elementos da equipa educativa das casas de acolhimento sobre a promoção da autonomia em jovens institucionalizados.

Neste trabalho será apresentado um primeiro capítulo de enquadramento teórico, onde se aprofundam temáticas relacionadas com os conceitos de institucionalização e autonomia e, posteriormente, no segundo capítulo será apresentado o plano de investigação, realizando-se uma breve apresentação do estudo, a formulação do problema e a definição dos objetivos. Para além disso, será abordada a metodologia, com a caracterização da amostra e dos instrumentos, bem como descrição de procedimentos de recolha e análise dos dados. Finalmente, serão apresentados e discutidos os resultados.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Crianças e jovens em risco e/ou perigo

De acordo com Carvalho (2013) os termos criança e jovem surgem nas novas leis representando uma nova abordagem no campo do Direito. Até então, o termo “menor” era recorrentemente usado na legislação, indiferenciadamente aplicável a indivíduos com idade até aos 18 anos, em que se alcança a maioridade civil em Portugal. Ao atingir essa idade, o jovem adquire plena capacidade de exercício de direitos e fica habilitado a reger a sua vida e a dispor dos seus bens. Nos termos do art.º 1, da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), de 1989, ratificada pelo Estado português em 1990, passou a adotar-se o conceito de criança “como todo o ser humano menor de 18 anos salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (p. 6). Deste modo, e tendo em vista a sua aplicação no âmbito do sistema nacional de promoção e proteção, a lei preconiza que criança ou jovem é “a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional” (art.º 5, LPCJP).

Se há consenso em torno da juventude, é o facto de esta ser uma categoria social de definição complexa (Pappámikail, 2010). Com efeito, segundo este autor, a transição para a vida adulta, mobiliza frequentemente noções como autonomia ou independência. Esta noção de juventude, atualmente, é produto da modernidade, visto que na Europa pré-industrial existia uma subordinação simbólica da infância e juventude em relação à fase adulta do ciclo de vida. Para o mesmo autor, a juventude não tem uma limitação de espaço e tempo, uma vez que se trata do período desde que se sai da primeira infância até se integrar o mundo dos adultos e respetivas atividades. Verifica-se também nesta fase, alguma independência da família que cada vez é mais tardia, com os calendários matrimoniais adiados. Do ponto de vista do indivíduo, permanece a ideia de que o jovem é alguém inacabado, em processo de construção. Este facto imprime a esta fase de vida um incontornável carácter transitório e ambíguo que tornou, desde sempre, a sua análise conceptualmente complexa (Pappámikail, 2010).

Segundo Oliveira e Kaercher (2017), a juventude pode ser vista como uma fase na qual importantes decisões precisam ser tomadas. É nesta que se compreendem

tarefas como frequentar um curso superior, trabalhar, morar sozinho, ter carta de condução e carro, constituir família, entre outros. No entanto, ainda segundo os mesmos autores, esta fase não é estática nem igual para todos, visto que existem jovens com uma visão e postura mais descontraída, aproveitando o presente com certa rebeldia e oposição e os jovens que vêem a juventude como fase de transição, vivendo ao máximo, mas com a consciência dos problemas e conflitos que surgem com a adultez. Estes segundos, vivem esta fase com sentido de responsabilidade de um futuro novo, veem a juventude como momento no qual deixam de ser vistos como crianças e têm de se demonstrar capazes e responsáveis (Oliveira & Kaercher, 2017).

De acordo com Vicente (2009), diversos autores, como Freud (1958), Blos (1968), Erikson (1959) e Coimbra de Matos (2002), consideram que a adolescência é caracterizada por um reatualizar de conflitos de outras fases do desenvolvimento. O mesmo autor indica que Freud (1958) refere que o adolescente terá que ultrapassar uma série de etapas como o luto das imagens parentais e afirma que o luto dos objetos do passado é inevitável. Também Coimbra de Matos (2002) reforça esta ideia, considerando que na adolescência, fase de reorganização de identificações e formação da identidade, há o abandono do mundo da infância e a integração no mundo dos adultos, da dependência para a autonomia. Desta forma, Vicente (2009) conclui que a adolescência é um período de desenvolvimento humano de grande mutabilidade. É, então, a passagem por diversas fases, com avanços e recuos, que vai da dependência dos pais/mães até à assunção de uma identidade individual. Este autor reforça que quanto mais fortes forem as suas bases, mais possibilidades o indivíduo terá de construir um processo de desenvolvimento adaptado.

Gaspar, Gaspar e Elias (2017) referem que, durante a infância os sistemas estão em pleno crescimento e formação, vulneráveis às adaptações ao meio ambiente. Quando este meio se mostra uma ameaça, a plasticidade cerebral molda-se à necessidade de sobrevivência, alterando o seu funcionamento e estruturas normativas. Tais mudanças possuem consequências a longo prazo, nomeadamente a nível cognitivo, emocional e comportamental (Gaspar et al., 2017).

A ameaça referida anteriormente é evidenciada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, artigo 3.º, onde se compreende que uma criança ou jovem está em perigo quando se encontra abandonada ou vive entregue a si própria, quando sofre maus-tratos, não recebe cuidados ou afeição adequados à sua idade ou situação pessoal, quando está entregue a terceiros e os pais não estão a exercer as suas funções parentais, igualmente quando é obrigada a

atividades ou trabalhos inadequados à sua idade, dignidade, situação pessoal ou prejudiciais à sua formação e desenvolvimento. Segundo a mesma Lei, considera-se, ainda, que uma criança ou jovem está em perigo quando está sujeita a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança e o seu equilíbrio emocional, quando assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais ou representante legal se oponham de modo adequado a retirar o mesmo dessa situação, ou mesmo quando tem nacionalidade estrangeira e está acolhida numa instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, e não tenha autorização de residência em território nacional (Lei nº. 26/2018, de 5 de julho).

Em Portugal, tendo apenas em linha de conta o Relatório de Avaliação das CPCJ (CPCJ, 2017), foram avaliadas 72177 crianças/jovens que se enquadram nestas situações de perigo definidas pela Lei, sendo que permaneciam ativos, até ao final do ano, 32171 processos.

Segundo a Ordem dos Psicólogos (2019), os contextos de risco e perigo para as crianças e jovens assumem um carácter epidemiológico relevante na sociedade atual. Todas as situações de negligência e/ou maltrato/abuso decorrem num contexto em que a interação com os outros se reveste de um potencial traumático significativo. Em especial, estas vivências decorrem em períodos do desenvolvimento das crianças ou jovens nas quais as figuras significativas (de elevada proximidade relacional) devem desempenhar um papel cuidador e protetor. Este tipo de experiências relacionais tem um potencial desorganizador na vida das crianças e jovens para as quais a prevenção e a intervenção precoce são fundamentais. Uma vez que é frequente que as diferentes formas de maltrato/abuso e/ou negligência ocorram em contextos de proximidade relacional, a família constitui desde logo um fator de risco ou de proteção fundamental (Ordem dos Psicólogos, 2019).

De acordo com Reis (2009), os fatores de risco são relativamente bem conhecidos e podem ser a prematuridade, sofrimento neonatal, gemelaridade, patologia somática precoce, separações precoces (no que concerne à criança), separação parental, desentendimento crónico, alcoolismo, toxicodependência, doença crónica, em particular de um dos pais/mães, monoparentalidade, falecimento (no que concerne à família) e miséria socioeconómica ou situação migrante (no que concerne à sociedade). Estas variáveis não são independentes, frequentemente acumulam-se com problemas de miséria e de prematuridade, por exemplo.

Segundo o mesmo autor, apesar de não ser possível enunciar uma etiologia do “risco”, é sabido de uma forma mais ou menos empírica, que existem inúmeros fatores associados a este problema, os quais vão desde as características individuais dos pais/mães, da criança, aos problemas económicos, culturais e sociais. É possível sintetizar estes fatores em quatro categorias, segundo Reis (2009): fatores relacionados com a interação familiar (incluem-se aqui variáveis como a disciplina familiar, as atitudes e educação parentais, gravidez indesejada, família monoparental, família reconstituída com filhos de outras ligações, famílias com problemas socioeconómicos e habitacionais, entre outros); fatores pessoais e comportamentais da criança (personalidade e temperamento, vulnerabilidade psicogenética, prematuridade, género, idade inferior a 3 anos, fruto de gravidez não desejada, entre outros); fatores pessoais e comportamentais dos pais/mães (incluem-se aqui variáveis como os traços psicopatológicos; falta de capacidade para controlar a agressividade, a frustração e a hostilidade, falta de reportório social e hiperatividade face a acontecimentos desagradáveis, alcoolismo, toxicodependência, perturbação da saúde mental ou física, entre outros); fatores sociais, nos quais se incluem rendimentos baixos, o nível de educação, a profissão, entre outros.

No seguimento desta ideia, é ainda necessário identificar fatores intensificadores do trauma, se for o caso, tais como o início precoce do abuso, duração e frequência do abuso, grau de violência envolvido, ocorrência de penetração vaginal ou anal, no caso de abuso sexual, ocorrência de abusos múltiplos por diferentes indivíduos, diferença acentuada entre as idades do abusador e da vítima e grau de secretismo estabelecido entre o abusador e a vítima (Reis, 2009).

Apesar de a probabilidade do risco estar associado a um conjunto de fatores que podem ser previstos, somos confrontados muitas vezes com crianças ou jovens que tendo sido expostos a essas condições adversas de desenvolvimento aparentam conseguir contorná-las, tornando-se mais ajustados. A estas competências, corresponde o que designamos de resiliência. Para o mesmo autor, a melhor definição de resiliência, baseia-se na expectativa de sucesso na capacidade de adaptação a um problema, em resposta aos fatores de risco que ele assume para efetuar a adaptação.

Associado ao conceito de resiliência, existe o conceito de fatores de proteção, considerados como influências, internas ou externas, que modificam, melhoram ou alteram a resposta do indivíduo a certas dificuldades do meio, que predis põem para uma evolução negativa (Reis, 2009). De acordo com o mesmo autor, alguns fatores de proteção, podem ser: temperamento “fácil”, inteligência acima da média, grande

autonomia de desenvolvimento, existência de um vínculo materno, seguro, calor emocional, supervisão e consistência no desenvolvimento da criança, um estilo de *coping* ativo, apoio social dos adultos e amigos, aproveitamento escolar e compromisso com os valores e normas da escola e relações sociais fortes.

Para Reis (2009), a maior parte dos especialistas, quando aborda a questão da proteção das crianças e jovens, apenas define situação de risco para avaliar ou intervir. Em Portugal, quando nos referimos à proteção das crianças e jovens, temos de enquadrar esta problemática a dois níveis, o do risco e o de perigo.

Se a criança ou jovem se encontra numa situação de perigo as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ) tentam, no âmbito exclusivo das suas funções, assegurar a sua proteção. Se tal não for possível sinalizam a situação à CPCJ. No entanto as ECMIJ continuam a sua intervenção (salvo se não houver consentimento). Se os factos que tenham determinado a situação de perigo constituírem também uma situação crime, as ECMIJ e/ou a CPCJ dão conhecimento dessa situação ao Ministério Público (acionando a resposta penal). Se o agente do crime for o/ou a detentora do poder paternal, pode ser necessário inibir ou regular o exercício do poder paternal (sendo acionada a resposta civil). Assim, se depreende que os três tipos de respostas possíveis, a serem necessárias, podem ser acionadas em paralelo sobre a mesma criança (Reis, 2009).

No seguimento desta ideia, a LPCJP (art. 5.º) define ainda situação de emergência como a situação de perigo atual ou iminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou jovem, que exija proteção imediata nos termos do artigo 91.º, ou ainda, que determine a necessidade imediata de aplicação de medidas de promoção e proteção cautelares, que está intimamente ligada com as definições acima referidas, no caso de ausência de consentimento de intervenção.

No caso de ausência de consentimento dos detentores das responsabilidades parentais ou de quem tenha a guarda de facto (art. 91.º), qualquer uma das entidades referidas no artigo 7.º ou as CPCJ tomam as medidas adequadas para a sua proteção imediata e solicitam a intervenção do tribunal ou das entidades policiais. Enquanto não for possível a intervenção do tribunal, as autoridades policiais retiram a criança ou o jovem do perigo em que se encontra e asseguram a sua proteção de emergência numa casa de acolhimento (LPCJP).

2. Acolhimento residencial na promoção e proteção de crianças e jovens em perigo

Em Portugal, o acolhimento institucional funciona de acordo com a autoridade especial de proteção da infância e juventude, o Instituto da Segurança Social (ISS). Esta autoridade reúne os princípios e as normas consagrados em diversos diplomas internacionais ratificados pelo Estado Português, dos quais se salienta a Convenção sobre os Direitos da Criança e diplomas nacionais, como a Constituição da República Portuguesa, o Código Civil Português e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP).

A LPCJP tem por objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral, tal como consta no seu artigo 1º (Lei nº. 142/2015, de 8 de setembro). Nesse sentido, de acordo com a mesma lei, no art.4º, a intervenção com as crianças e jovens em perigo deve-se reger pelos seguintes princípios: a) Interesse superior da criança e do jovem; b) Privacidade; c) Intervenção precoce; d) Intervenção mínima; e) Proporcionalidade e atualidade; f) Responsabilidade parental; g) Prevalência da família; h) Obrigatoriedade da informação; i) Audição obrigatória e participação; j) Subsidiariedade.

Como referido por Lourenço (2014), seguindo os princípios supracitados e atendendo particularmente ao princípio da subsidiariedade, o Sistema de Promoção e Proteção organiza-se segundo uma lógica que pode ser comparada a uma estrutura piramidal. A promoção e proteção das crianças compete em primeiro lugar, às entidades públicas ou privadas com atribuições em matéria de infância e juventude, depois às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e, em última instância, aos Tribunais (artigo 3.º, LPCJP).

As medidas aplicáveis pelas Comissões de Proteção e pelos Tribunais (artigo 35.º, LPCJP) consistem em: a) apoio junto dos pais; b) apoio junto de outro familiar; c) confiança a pessoa idónea; d) apoio para a autonomia de vida; e) acolhimento familiar e f) acolhimento em *instituição*; g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a futura adoção. As medidas são elencadas pela respetiva ordem de preferência e prevalência, preferindo-se as medidas a executar em meio natural de vida (a), b), c) e d)) sobre as medidas executadas em regime de colocação (e) e f)), no caso da medida d), esta é considerada uma medida a executar em meio natural de vida no primeiro caso e de colocação no segundo.

Na alínea f) do artigo 35.º da LPCJP está prevista a medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e dos jovens, acolhimento em instituição, que visa

afastar o perigo em que se encontram, proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral e garantir a sua recuperação física e psicológica (Lourenço, 2014). Compreende-se então, uma vez que a permanência das crianças e jovens em contexto residencial pode implicar um período longo, que as instituições de acolhimento deverão ser o mais parecidas possível, com o que caracteriza um ambiente familiar acolhedor e protetor (Del Valle & Zurita, 2000, cit. por Lourenço, 2014). Daqui decorre que a instituição deverá ser securizante, contentora de angústias e promotora do desenvolvimento pessoal e da construção da identidade das crianças e jovens. A intervenção deve ser única e personalizada para cada criança ou jovem e deve apoiá-la na definição e concretização do seu projeto de vida, bem como protegê-la da situação de perigo em que se encontrava (Lourenço, 2014).

No seguimento desta ideia, Sousa (2015) refere que, na perspetiva da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCCR), o acolhimento em casa de acolhimento residencial é uma medida de proteção entendida como uma resposta de fim de linha, significa que os jovens são encaminhados para esta resposta quando as possibilidades de intervenção social com a sua família de origem ou outras medidas de promoção se tornam inviáveis. Segundo o mesmo, muitas vezes, é posta em causa a capacidade das instituições de acolhimento, ou seja, questiona-se se estas estarão preparadas para receber estes jovens e prepará-los para a vida adulta, tendo em conta as necessidades e características dos jovens que estão atualmente acolhidos.

Tal questão surge, também, das indicações presentes na LPCJR, uma vez que nesta são referidas as características das casas de acolhimento residencial de forma clara, tal como os direitos das crianças e jovens que acolhe. Segundo esta Lei, as instituições de acolhimento podem ser públicas ou cooperativas, sociais ou privadas com acordo de cooperação com o Estado (artigo 52.º, LPCJR). Estas funcionam em regime aberto e são organizadas em unidades que favoreçam uma relação afetiva, do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade. Assim implicam a entrada e saída, das crianças e dos jovens, de acordo com as normas gerais de funcionamento, apresentando como limites os necessários e resultantes das suas necessidades educativas e da proteção dos direitos e interesses de cada criança ou jovem acolhido (artigo 53.º, LPCJR). Neste artigo é também referido que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto podem visitar a criança ou jovem,

de acordo com os horários e as regras de funcionamento da instituição, salvo decisão judicial em contrário.

A mesma Lei ressalva, no artigo 54.º, que as instituições de acolhimento têm de ter uma equipa técnica, a quem cabe o diagnóstico da situação da criança ou do jovem acolhidos e a definição e execução do seu projeto de promoção e proteção. Esta equipa deve ser pluridisciplinar, integrando as valências de psicologia, serviço social e educação, deve ainda dispor da colaboração de pessoas com formação na área de medicina, direito, enfermagem e, também, da organização de tempos livres.

Relativamente aos direitos das crianças ou jovens acolhidos, no artigo 58.º, é referido que têm o direito de manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, de acordo com as limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção. De acordo com a mesma Lei, têm de receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas e devem usufruir de um espaço privado que permita a sua autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação. As crianças ou jovens têm o direito a receber dinheiro de bolso, à inviolabilidade da sua correspondência e a não ser transferidos da instituição, exceto se essa decisão corresponder aos seus interesses. Todas as crianças ou jovens acolhidos têm ainda o direito de contactar a comissão de proteção e o Ministério Público e o seu advogado, com garantia de confidencialidade. Todos estes direitos, referidos na LPCJR, têm de constar no regulamento interno das casas de acolhimento residencial, tal como é referido no artigo 58.º.

Segundo Sousa (2015), com base nas estatísticas atuais e nos relatórios públicos, os jovens que entram hoje em acolhimento institucional possuem uma bagagem identitária marcada por relações familiares desestruturadas e percursos de vida pautados por situações de conflito e de rutura das normas sociais. Certamente que será pertinente repensar os atuais modelos de intervenção nas instituições de acolhimento que deverão ser sustentados em respostas reparadoras com vista ao ajustamento e integração psicossocial das crianças e jovens acolhidos. Esta assunção é baseada nas necessidades, que hoje em dia as crianças e jovens apresentam, uma vez que parecem ser distintas das necessidades que há uns anos eram observáveis nas crianças e jovens institucionalizados (Sousa, 2015).

Segundo Delgado e Gersão (2018) e de acordo com a revisão da Lei n.º147/99, de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), atual Lei n.º142/2015, de 8 de setembro, o interesse superior da criança adquire um novo conteúdo, uma vez que passa a incluir a continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas, sem que isso signifique, o desrespeito ou menosprezo de outros interesses legítimos, como os da família de origem. Esta formulação retoma a orientação proposta no relatório da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a avaliação dos sistemas de acolhimento, proteção e tutelares de crianças e jovens (2006), que consagrava o princípio da prevalência das relações afetivas profundas como elemento determinante na definição do interesse superior da criança.

Delgado e Gersão (2018) referem que face à impossibilidade de regressar a casa, caso a família de origem não recupere as competências parentais indispensáveis para viabilizar a reunificação, e verificando-se a existência de relações afetivas estruturantes de grande significado, deve-se atribuir um caráter definitivo a um acolhimento familiar de longa duração, no pressuposto da vontade clara e inequívoca de todos os envolvidos. Deste modo evita-se, por outro lado, o risco da colocação sucessiva em famílias ou instituições, com o consequente impacto emocional associado a ruturas, abandonos e repetidas tentativas de reconstrução de laços afetivos.

No entanto, por vezes, a medida mais adequada será mesmo a institucionalização. Relativamente à definição de “acolhimento residencial”, a revisão da Lei de 2015 não traz alterações substanciais. O mesmo não acontece quanto às modalidades do acolhimento e consequente diferenciação das instituições. A LPCJP, distinguia acolhimento “de curta duração” de acolhimento “prolongado”, consoante a sua duração previsível fosse inferior ou superior a seis meses. Prevvia também instituições diferenciadas consoante a modalidade do acolhimento, assim existiam as “casas de acolhimento temporário” (CAT), para o acolhimento de curta duração e, os “lares de infância e juventude” (LIJ), para o acolhimento prolongado. Esta designação e diferenciação das instituições desaparece com alteração à Lei 147/99, de 1 de setembro, que, em alternativa às instituições de acolhimento, prevê apenas as “casas de acolhimento”. A revisão à Lei admite, porém, que as casas de acolhimento residencial se possam organizar por unidades especializadas, como por exemplo, as casas “para resposta em situações de emergência”, as casas “para resposta a problemáticas específicas” e os “apartamentos de autonomização”. Assim, sempre que estas unidades não existam, as crianças e os jovens serão acolhidos em casas “generalistas”,

independentemente da finalidade do acolhimento e da duração previsível de acolhimento (Delgado & Gersão, 2018).

No decorrer destas alterações e da diversidade de crianças e jovens encontrada nas casas de acolhimento residencial, Fatela (2015) assume que não é fácil encontrar a forma de intervenção adequada em relação às crianças e sobretudo para os adolescentes com graves problemas de comportamento ou com comportamentos desviantes. O artigo 3.º da LPCJP contempla esta questão de outra forma, vendo-os como crianças ou adolescentes que se colocam a eles próprios em perigo, com o seu comportamento, atividades ou consumos. Segundo Delgado e Gersão (2018) esta orientação trouxe novos problemas às instituições de acolhimento, pouco preparadas para lidar com estas situações. No entanto, sendo este o caminho legalmente consagrado, as instituições do sistema de proteção têm de se preparar para dar resposta às novas exigências (Delgado & Gersão, 2018).

No que se refere à análise da organização das crianças e jovens no sistema de acolhimento residencial e familiar por escalões etários, segundo o Relatório CASA de 2017, do ISS (2018), existe uma menor expressão no grupo de crianças na infância e na pré-adolescência (0-11 anos) relativamente a 2016 (30.5% em 2016 para 28% em 2017). A maior expressão é claramente visível na população com mais de 12 anos de idade (72% correspondente a 5.435 crianças e jovens), tendência que se tem vindo a impor ao longo dos últimos anos. Os jovens na faixa etária dos 15-17 anos continuam a ser o grupo que prevalece com maior peso (36%) nas diversas respostas de acolhimento (num total de 2.735, correspondente a 1.430 rapazes e 1.305 raparigas). Seguidamente encontram-se os grupos, referentes aos escalões etários 12-14 anos (19% - 1.447) e 18-20 anos (17% - 1.253). No entanto, enquanto no primeiro escalão se verifica uma redução de menos 9% face ao ano anterior, no segundo escalão regista-se o contrário, ou seja, o crescimento deste grupo em 7%. Compreende-se então que a faixa etária onde esta problemática mais se evidencia corresponde à plena adolescência, 15-17 anos, onde se encontravam 57% dos jovens com problemas de comportamento (1.204 jovens). Convém referir que a larga maioria dos jovens caracterizados, possuindo problemas de comportamento, apresenta-os na sua forma menos grave. Finalmente, em 2017, no Relatório CASA, tal como nos anos anteriores, o número de crianças e jovens em acolhimento manteve a tendência para o decréscimo, apenas ligeiramente invertida nos anos de 2014 e 2015.

Atendendo a estes números, que caracterizam a realidade das instituições no nosso país, é fundamental perceber que instrumentos temos ao dispor ao nível da

intervenção. De acordo com Ferreira (2018), começou-se pelo Processo Europeu de Inclusão Social, definido pelo Plano Nacional de Ação para a Inclusão Social, (PNAI) que se tornou uma referência orientadora para a inclusão social, minimizando assim, as situações de exclusão social das crianças e dos jovens e tornando-se uma forma de proteção e promoção dos direitos das crianças e dos jovens.

Ainda segundo Ferreira (2018), a criação do Manual de Boas Práticas - Um guia para acolhimento residencial das crianças e jovens para dirigentes profissionais, crianças e jovens, trouxe consigo um guião de orientação e reflexão para os funcionários e responsáveis nas instituições de acolhimento de crianças e jovens. Este guião conta com várias temáticas, tais como a forma de organização das instituições, dos valores do cuidar no contexto institucional salvaguardando os direitos não só das crianças e dos jovens acolhidos, como também os direitos em relação às famílias, colaboradores, aos técnicos tendo como pilares a dignidade; o respeito, a autonomia; a individualidade, a privacidade e intimidade, igualdades e equidade.

Dois anos após a sua criação, entrou em vigor o Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças (2007), cujo objetivo principal era a implementação de medidas de qualificação em LIJ, impulsionadoras de uma mudança na forma como é feita a intervenção e a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens acolhidos. Este Plano promoveu a capacitação de equipas e de recursos para que houvesse uma evolução no sistema de proteção nacional e, ainda, condições para que se fizesse um diagnóstico real do que se passa na organização das instituições. Posteriormente a este plano, foram criadas duas medidas: a primeira foi o reforço das equipas técnicas das instituições para que estas estivessem adequadas ao número de crianças e jovens que acolhem e a segunda visou a qualificação da intervenção através do investimento na formação das equipas técnicas, das direções e na criação de apoio à intervenção de acolhimento que conduzisse a uma desinstitucionalização eficaz (Ferreira, 2018).

Segundo a mesma autora, o Plano DOM foi extinto no ano de 2012, pelo Ministro da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social, Pedro Mota Soares, uma vez que o plano não surtiu o efeito desejado. Em conformidade com os dados da Segurança Social, em 2011, o plano chegou apenas a 3500 crianças (num total de 5800), que se encontravam em Lares de Infância e Juventude, deixando sem apoio cerca de 2300 crianças. O abandono deste plano levou a que muitas casas de acolhimento perdessem apoios, conduzindo, conseqüentemente, à saída de muitos técnicos especializados. Segundo a mesma autora, de acordo com Godinho (2007) um dos coordenadores do

Plano DOM, a culpa não foi do Estado, nem da falta de verbas, mas sim do conceito presente no plano, as casas de acolhimento na altura do plano implementado não se encontravam preparadas, nem qualificadas para tal, não havia uma monitorização dos técnicos no sentido destes aprenderem novas competências para pôr em prática.

Assim, com o fim do Plano DOM, foi criado em 2012 o Plano SERE+ (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS) que teve como objetivo principal a implementação de medidas de especialização da rede das casas de acolhimento residencial, impulsionando uma melhoria dos direitos e proteção das crianças e jovens acolhidos (Ferreira, 2018).

Apesar destes esforços para melhorar a qualidade da intervenção em acolhimento residencial, verificam-se ainda algumas lacunas que merecem investimento por parte de investigadores e técnicos, nomeadamente no que se refere à promoção da inclusão social futura destes jovens, cuja capacitação para uma vida independente se revela fundamental, como veremos no ponto que se segue neste trabalho.

3. A importância da promoção de autonomia em casas de acolhimento residencial

A adolescência é, com efeito, uma etapa de muitos desafios. Como vimos anteriormente, esta faixa etária é a que predomina no acolhimento residencial. Neste sentido, a atenção a uma das tarefas desenvolvimentais críticas nesta fase, a de construção da autonomia e preparação para a independência na vida adulta, é crucial em contexto de institucionalização. Consoante

Consoante Lourenço (2014) ter sucesso no desenvolvimento da autonomia é um processo complexo, cheio de contradições e ambivalências ligado a diferentes variáveis. Assim, podem ser identificadas variáveis internas, como a autoestima, perceção do ambiente, relações com a autoridade, desejo de independência e vontade de fazer escolhas, com as quais interagem variáveis externas, como a estrutura familiar, comunicação familiar, presença ou ausência de controlo ou autoridade, ambiente psicossocial e emocional no contexto familiar ou institucional. A aquisição da autonomia acaba por gerar efeitos na satisfação com a vida, liberdade, aumento da produtividade, autoconceito positivo e tomada de decisão competente (Silverberg & Steinberg, 1987; Spear & Kubolk, 2004, cit. por Lourenço, 2014).

Refere Lourenço (2014) e com o Manual de Boas Práticas do Instituto de Segurança Social (2005), que o projeto de vida das crianças e jovens deve assentar em oito princípios e valores do cuidar: “Dignidade; Respeito; Autonomia; Capacidade de

escolher; Privacidade e intimidade; Confidencialidade; Igualdade e Equidade e a Participação” (pp. 106-107). Assim, na instituição deve-se respeitar a individualidade de cada residente, para que se sinta na sua própria casa, encorajando-o a ser responsável pelos seus atos e por si próprio, decidindo e fazendo escolhas de forma a promover o seu bem-estar emocional, a sua autonomia e a sua autodeterminação. É importante que as crianças e jovens possam exprimir-se sobre o plano de atividades da instituição, bem como sobre a própria estrutura residencial. É igualmente importante que se promova a inclusão comunitária das crianças e jovens institucionalizados, com vista ao desenvolvimento e à sua participação em atividades fora da instituição, na medida em que se promove a integração na comunidade e o contacto com a realidade exterior (Lourenço 2014). Segundo o mesmo autor, é necessário estimular nessas crianças e jovens competências sociais, aproximando-se o mais possível de um modelo familiar, possibilitando a participação tanto na confeção de refeições, na compra de alimentos, desenvolvendo assim o consumo consciente e a sua autonomia.

Segundo o Instituto da Segurança Social (2009) e a LPCJP, a Medida de Apoio para a Autonomia de Vida (MAAV), que se caracteriza por prestar apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, visa proporcionar a autonomização e o desenvolvimento das competências e capacidades necessárias e sentido de responsabilidade. Assim sendo, torna-se impreterível a implementação de programas de desenvolvimento de competências, que incluam situações associadas aos mais diversos contextos de vida dos jovens, com vista a promover uma autonomia efetiva.

Sousa (2015) afirma que as competências que os jovens conseguirem adquirir durante o período da institucionalização são importantes para incutir segurança pessoal e desenvolver uma autonomização com sucesso. Segundo o Manual de Processos-chave do Lar Residencial (2010) são seis as capacidades e competências a desenvolver nas atividades para as crianças e jovens em risco, sendo elas, i) comunicação verbal e não-verbal, ii) habilidades pessoais, sociais e a aquisição de valores, iii) autoestima, iv) resiliência, v) capacidade para participar e vi) cooperação. Estas competências podem facilmente ser potenciadas no quotidiano da instituição, tendo um papel importante para a saída do jovem de forma o mais independente possível.

Este autor esclarece ainda que a autonomização é o final de todo um processo de desenvolvimento de autonomia, processo este que depende das características de cada jovem e da sua situação atual. Devem ser trabalhados aspetos como as competências já adquiridas, se já está inserido no mercado trabalho, quais os recursos que tem disponível (habitação, recursos económicos, familiares), entre outros.

Assentando-se nas dificuldades apresentadas por Fatela (2015) e Delgado e Gersão (2018), previamente enunciadas, relativas à intervenção das instituições no âmbito da promoção da autonomia, a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) (2015) tem vindo a desenvolver, desde 2012, um conjunto de iniciativas no quadro do acolhimento de crianças e jovens em instituições, ao abrigo do Sistema de Promoção e Proteção. Foram apoiados projetos em instituições de acolhimento de norte a sul do país, com características distintas, que tinham como principais objetivos a autonomia dos jovens, preparando-os para a vida após o acolhimento, o desenvolvimento das competências pessoais e sociais e a sua regulação emocional. Segundo a FCG a aprendizagem e o treino de atividades da vida quotidiana, como a organização da casa, a alimentação, a gestão de recursos ou a formação cívica e a prevenção de comportamentos de risco, são ferramentas para a sua plena integração na sociedade e para a sua própria sustentabilidade, após a saída da instituição. Neste sentido, identificaram-se necessidades das instituições e desenvolveram-se iniciativas de capacitação das equipas técnicas e educativas, por forma a melhor desempenharem o seu papel junto dos jovens que beneficiaram destes projetos, assim como dos futuros residentes.

Uma das iniciativas tidas pela FCG foi a cedência de brochuras repletas de informação, numas das quais é referido, pela FCG (2015), que as atividades educativas e de formação são decisivas e constituem uma vantagem para os jovens acolhidos porque são uma condição essencial para a futura integração socioprofissional. Não existe um caminho único para a construção da autonomia individual. Um sistema mais eficaz requer a promoção da responsabilidade social dos jovens, através do qual o bem-estar pessoal e social pode ser alcançado. Segundo esta brochura, intitulada de Autonomia, só através do envolvimento dos jovens na construção da própria autonomização é possível abrir horizontes que irão promover a mudança e a sua participação efetiva na construção da vida social de uma forma positiva e responsável.

No entanto, segundo Carvalho e Cruz (2015), é extraordinário o reduzido número de medidas de “apoio para a autonomia de vida” aplicadas em Portugal. Sendo elas, proporcionar diretamente ao jovem, com idade superior a 15 anos, apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, para que o habilitem e possibilitem a viver por si só, de forma a adquirir progressivamente autonomia de vida. Salienta-se que esta medida pode ser aplicada a mães com idade inferior a 15 anos, quando assim se se verifique necessário.

Com efeito, “o debate sobre o problema das transições juvenis para o mundo adulto está na ordem do dia na agenda pública” (Carvalho & Cruz, 2015, p.7). Ainda no seguimento desta ideia, Carvalho e Cruz (2015) referem que numa intervenção de promoção e proteção existem sempre várias visões e mundos sociais em confronto, como o da instituição, das equipas técnica e educativa que a constituem, das crianças e jovens que acolhem e os múltiplos olhares e visões do exterior. Este confronto de visões pode confluir se a instituição promover oportunidades adequadas para a autonomia das crianças e jovens que acolhe e se abrir portas à inclusão comunitária.

De acordo com Cruz, Lopes e Carvalho (2016), existem falhas nas Casas de Acolhimento Residencial (CAR) quando estas não potenciam a autonomia nos jovens. Estes referem que várias CAR sofreram o melhoramento e aumento de espaços, tornando-os, sempre que possível, mais individualizados. No entanto, muitos profissionais acreditam que ainda muito pode ser feito nesta área, pois defendem que os jovens devem passar por apartamentos de autonomização e por projetos de autonomia supervisionados, antes de se tornarem independentes.

No seguimento desta ideia, compreende-se, através dos mesmos autores, que nem todas as instituições valorizam este local independente para jovens com idades aproximadas de 18 que não têm rede familiar disponível. Nestes apartamentos de autonomização pretende-se criar oportunidades de vivenciar atividades da vida real diária e assim desenvolver competências pessoais, como cozinhar, ir às compras e deslocação a um banco ou a um multibanco. Estas aprendizagens permitem desenvolver competências pessoais de autonomia, responsabilidade, atenção e cuidado, bem como conhecimentos no âmbito da economia doméstica, devendo ser sempre supervisionadas por cuidadores (Cruz et al., 2016). Reforçando esta ideia, no seu estudo, conclui-se que alguns profissionais sentem a necessidade da criação de espaços como uma cozinha, para o trabalho de autonomia, visto que será sempre diferente transmitir competências num refeitório (como é comum nas instituições) e numa cozinha tradicional.

Para além da criação de espaços, alguns profissionais assumiram sentir falta de um acompanhamento pós-institucionalização, visto que se o jovem pretender sair da instituição não é realizado nenhum acompanhamento externo, ao contrário do que acontece se um jovem pretender prosseguir estudos, visto que será acompanhado no apartamento de autonomização ou mesmo na casa de acolhimento residencial (Cruz et al., 2016).

Atualmente, existem inúmeros programas que remetem para o pensamento crítico, para o desenvolvimento de competências e para a promoção da autonomia. No entanto, continua a observar-se uma falha em várias casas de acolhimento residencial neste âmbito, quando não potenciam a autonomia nos jovens, o que interfere significativamente na sua vida independente (Cruz et al., 2016).

Compreende-se que cada jovem tem um processo de autonomização diferente, para o qual devem ser analisadas as condições que são fundamentais para concretizar a sua saída, bem como definir estratégias para assumir uma vida autónoma e ir alcançando os seus objetivos pessoais, dando sempre atenção à rede social do jovem e aos recursos que este tem acesso, de forma a garantir a sua segurança após a saída da instituição (Sousa, 2015).

Para realizar este trabalho de autonomização, a articulação interprofissional é indispensável, apesar de constituir um desafio, pela complementaridade de perspetivas e pela necessidade de partilha e de uma tomada de decisão eficiente. Para partilhar a especificidade técnica e científica, que configura a prática de cada profissional, num contexto de risco ou perigo, é fulcral comunicar o que é específico de cada área, com o devido enquadramento científico, tendo por matriz permanente o superior interesse da criança/jovem (Ordem dos Psicólogos, 2019).

Também segundo Ferreira (2018), torna-se importante que as instituições de acolhimento tenham uma rede de suporte apoiada por técnicos especializados que possam garantir um bom funcionamento e um bom acompanhamento em todos os processos de transição das crianças e dos jovens. Torna-se essencial que haja uma equipa multidisciplinar integrando assim as valências de Psicologia, Serviço social e Educação (nº2, artº 54 LPCIP) e, para tal, é fundamental que exista um investimento na equipa de intervenção para que esta esteja presente desde a fase do acolhimento da criança até à transição para a vida adulta.

Reconhecendo que cada jovem tem necessidades diferentes, a primeira ação a realizar será conhecer a situação do jovem. Tal como é referido no MBP (ISS, 2005), para conhecer esse jovem a avaliação deverá ser feita por técnicos especializados de forma a considerar aspetos médicos, psicológicos, sociais e jurídicos. O passo seguinte consiste em delinear um plano de encaminhamento para o jovem, finalmente, o acompanhamento constante e as reavaliações posteriores devem caracterizar a aplicação desse mesmo plano (Pires, 2011).

Segundo Pires (2011) quando os jovens são acolhidos numa instituição, está a assumir-se que o jovem terá uma nova oportunidade de aprender, crescer e por fim ter

condições para viver a sua vida de forma independente. Contudo, nem sempre o jovem consegue aproveitar as oportunidades que lhe são dadas e, apesar de estarem numa instituição durante muito tempo, ainda se sentem presos ao passado. Nesse sentido, tornou-se pertinente analisar quais os procedimentos e estratégias que poderiam contribuir para tornar os jovens mais autónomos. O mesmo autor conclui que o desenvolvimento de competências de autonomia, poderá facilitar a transição das jovens institucionalizadas para a sua vida futura.

Barth et al. (2009, cit. por Lourenço, 2014) afirmam que é importante o desenvolvimento de programas de autonomia de vida e de desenvolvimento de competências sociais e pessoais em jovens institucionalizados. A aprendizagem destas competências prepara as crianças e jovens para uma vida saudável em sociedade. Reforçando esta ideia, o autor destaca que jovens acolhidos, que nunca integraram programas de autonomia de vida, dependem mais da ajuda financeira e manifestam mais frequentemente comportamentos disruptivos do que jovens que participaram em programas de autonomia e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Carvalho e Cruz (2015), baseados em diversos autores, referem que a construção de autonomia é fundamental para as crianças e jovens em acolhimento residencial, pois possibilita a tomada de decisões e a promoção de escolhas no sentido da sua gradual responsabilização. Neste sentido referem que é essencial promover oportunidades para que as crianças e jovens possam participar na sociedade de forma a obterem o sentido de responsabilidade coletiva. Mas, no seguimento desta ideia, levantam questões, como, se as instituições têm esta linha orientadora para as suas ações, ou mesmo, se terão condições para promover o desenvolvimento e autonomia das crianças e jovens que acolhem.

Em conformidade com Santos, Velho, Pinheiro e Palaio (2017), o impacto pretendido de diversos programas de autonomia centra-se na garantia da autonomia das jovens, independentemente do seu projeto de vida, assegurando uma saída segura da instituição e uma melhor integração na comunidade. Após a aplicação de um programa de autonomia estes autores verificaram que a maioria dos jovens apresentava uma melhoria nos indicadores de regulação emocional e de competências pessoais e sociais. Concluíram, assim, que após a intervenção a maioria dos jovens apresentava mais autonomia, sobretudo no que diz respeito ao aumento significativo no nível de autoestima e de competências pessoais e no que respeita a tarefas domésticas da vida diária, estudos e trabalho, à utilização dos serviços da comunidade e a estratégias de

poupança no quotidiano, levando a uma evidente diminuição dos problemas emocionais e de comportamento (Santos et al., 2017).

“A necessidade de aplicação deste género de programas na população institucionalizada é premente e indiscutível” (Dinis, 2013, p.1). De acordo com Dinis (2013) o aperfeiçoamento de competências pessoais/sociais e de autonomia apresenta-se como a necessidade mais urgente a ser trabalhada nesta população. Assim, um programa que se proponha a desenvolver estas capacidades e conhecimentos, apresenta-se como uma peça fundamental para uma inserção normativa destes jovens na comunidade. Para Dinis (2013), aptidões relacionadas com a promoção da autonomia deverão sofrer transformações significativas. Espera-se que os jovens desenvolvam afincadamente competências para se enquadrarem socialmente, com a preocupação de edificarem um projeto formativo ou profissional de forma a serem autónomos e independentes após o abandono da instituição.

De acordo com Pires (2011) a promoção da autonomia não é certamente conseguida através de um método exato. Nesse sentido, é crucial que se reúna os princípios que fundamentam de forma predominante as abordagens existentes. Com efeito, o Manual de Boas Práticas (MBP) (ISS, 2005) para o acolhimento residencial, pretende ser um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens, em que é dado especial relevo ao conceito de projeto de vida (Pires, 2001).

É então primordial, a abertura a várias conceções de autonomia e os adultos cuidadores têm pela frente o desempenho de multifunções, marcantes e significativas. Neles é colocada, diariamente, a exigência de serem pessoas maduras, com conhecimento e experiência prática, de serem pessoas de referência. É sabido que acontece o seu desenvolvimento pessoal e social também (Cruz et al., 2016). Segundo os mesmos autores, com o contacto com as posturas proativas por parte da pessoa de confiança, os jovens conseguirão tomar melhores decisões e de forma participada. Com efeito, a Organização Mundial de Saúde (2002, cit. por Cruz, Lopes & Carvalho, 2016) veio alertar que os jovens necessitam de ter uma figura de referência, podendo a ela recorrer em situações difíceis, o que proporciona o seu mais adequado desenvolvimento pessoal e social.

Para além do investimento em recursos humanos, as instituições buscam aprimorar os seus espaços de relação para que haja mais privacidade, não querendo isto limitar o pensar no facto dos quartos terem três camas ou que os espaços para atividade recreativas e lúdicas sejam comuns. Existe um reconhecimento e valorização da individualidade, que culmina com a saída guiada (Cruz et al., 2016). Com esta

finalidade, Correia e Antunes (2016), realizaram uma intervenção que tinha como objetivo a promoção de autonomia em contexto institucional, proporcionando às crianças e jovens institucionalizados condições favorecedoras do seu desenvolvimento integral. Neste sentido, trabalharam numa metodologia ativa e participativa, valorizando as experiências, vivências e conhecimentos dos jovens, implicando-os no seu processo de desenvolvimento, tornando-os assim protagonistas da transformação das suas histórias de vida. Os resultados conseguidos na avaliação final corroboram a evolução positiva a que foram assistindo ao longo do projeto. De acordo com os dados obtidos, o projeto contribuiu para um maior envolvimento dos jovens, para a criação de vínculos relacionais entre eles e para a melhoria das relações interpessoais com profissionais da instituição. Durante a intervenção os autores foram assistindo a mudanças de comportamento muito significativas que tiveram, também, resultados muito positivos a nível do aproveitamento escolar. Efetivamente, os jovens fizeram uma avaliação muito positiva da intervenção enfatizando que esta teve um impacto muito positivo no seu quotidiano, pela aquisição de novas experiências, aprendizagens, vinculação afetiva, comportamentos, atitudes e valores, que se traduziram na aquisição de competências a nível pessoal, social e profissional (Correia & Antunes, 2016). Os mesmos autores referem que consideram os resultados obtidos, como positivos, quer pelos participantes, quer pelos profissionais. Contudo, constataram a necessidade de dar continuidade ao projeto, uma vez que o processo de autonomização destes jovens é moroso. Esta continuidade pressupõe, certamente, a aposta no processo de educação, com vista a um aprofundamento de conhecimentos e competências ao nível de um desenvolvimento integral que possibilite a inserção sustentada destes jovens numa vida autónoma em termos pessoais e profissionais (Correia & Antunes, 2016).

No seguimento desta ideia Martins (2005) questiona se todas as instituições terão presente uma linha de orientação, ou até, se terão as condições mínimas para a promoção do desenvolvimento de quem acolhem e para o estabelecimento das relações interpessoais e de vinculação que estas crianças e jovens necessitam. Estas questões surgem após se analisar o extraordinariamente reduzido número de medidas de “apoio para a autonomia de vida” (art.º 35, LPCJP) aplicadas em Portugal, ao longo dos últimos anos, para se perceber como esta é uma problemática incómoda e de escassa visibilidade no debate público. Também, pela ausência de respostas sociais e educativas específicas para determinadas faixas etárias, situação que reflete um alheamento das comunidades locais e do poder político relativamente à necessidade de

criação de condições efetivas para a execução de uma medida que, cada vez mais, se revela necessária (Martins, 2005).

Segundo Veloso (2014) e Neves (2011), estudos realizados em Portugal, nos últimos anos, apontam que os jovens acolhidos em instituição, ao nível da autonomia, revelam maiores necessidades do que outros não acolhidos, nomeadamente no âmbito das atividades da vida diária (gestão de recursos e pessoal) e que o grau de satisfação com a vida está positivamente relacionado com a autonomia (na sua forma geral), com a dimensão autonomia funcional e com a satisfação com a instituição.

A transição progressiva do jovem para o exterior tem que ser trabalhada de dentro para fora da instituição e a sua qualidade e eficácia dependem da importância que se dá ao trabalho diário, às atividades e aos programas oferecidos no contexto institucional. As atividades educativas e de formação são decisivas e constituem uma vantagem para os jovens acolhidos porque são uma condição essencial para a futura integração socioprofissional (Carvalho & Cruz, 2015). Reforçando esta ideia, os mesmos autores, afirmam que a educação formal, por si só, não é suficiente para os objetivos de autonomização, é crucial considerar outras modalidades, como educação informal, e ainda mais importantes são as atividades ou programas específicos para as necessidades específicas da população acolhida, e de cada criança ou jovem, em particular. A organização interna das instituições de acolhimento de crianças e jovens neste sentido é crucial para o desenvolvimento de uma, mais eficaz, intervenção promotora da autonomia de crianças e jovens (Carvalho & Cruz, 2015).

O Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2018, da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) (2019), demonstra que no decurso do ano de 2018, foram aplicadas 14 007 medidas de promoção e proteção a crianças e jovens, sendo que o maior número de aplicação de medidas foi junto de crianças e jovens do sexo masculino, com 56%. Das medidas aplicadas e acompanhadas 9,4% correspondem ao acolhimento residencial (4,7% do sexo feminino e 4,7% do sexo masculino), sendo que apenas 0,8% ao apoio para autonomia de vida (0,5% do sexo feminino e 0,3% do sexo masculino). Neste relatório da CNPDPCJ (2019) tentaram caracterizar as pessoas principais cuidadoras das crianças ou jovens com medidas aplicadas. No universo de 15 618 cuidadores principais, do qual dispunham de informação, eram na sua maioria, do sexo feminino (69 %). No que concerne à escolaridade das pessoas principais cuidadoras, tendo por base o mesmo universo, e sendo desconhecida a escolaridade de 5787 pessoas principais cuidadoras, verificou-se um predomínio do 3.º ciclo do ensino básico completo

nas pessoas principais cuidadoras do sexo feminino e o 1.º ciclo do ensino básico completo nos cuidadores do sexo masculino.

Apesar dos dados surpreendentes patentes no relatório e da escolaridade dos principais cuidadores, reforçando as ideias anteriormente apresentadas, Santos e seus colaboradores (2017), indicam que de uma forma geral os estudos de eficácia da intervenção do Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida, aplicado em certas casas de acolhimento residencial, demonstram que os jovens têm melhorias a nível emocional e comportamental, permitindo considerar que a intervenção potenciou a promoção de estratégias de autorregulação emocional e desenvolvimento de competências de autonomia, enfatizando-se, assim, as vantagens do desenvolvimento dos programas de autonomia.

Também Georgiades (2005, cit. por Rodrigues, 2016) reforça esta ideia, afirmando que os jovens acolhidos em casas de acolhimento residencial, onde não foram desenvolvidos programas de preparação para a autonomia de vida, terão maior tendência, após cessarem o acolhimento, a depender de ajudas financeiras públicas.

Em contrapartida, os jovens que tiveram acesso a programas de preparação para a autonomia de vida, reconhecem a sua importância, pois foi através destes programas que adquiriram competências, nos recursos de informação existentes, na gestão monetária, na procura de trabalho, de casa/habitação e no suporte emocional (Georgiades, 2005, cit. por Rodrigues, 2016).

Delgado (2006, cit. por Pereira, 2016), tentou justificar tais dados, já na altura, relembrando que se por um lado a LPCJP determina duas medidas essenciais para trabalhar a autonomia dos jovens, o apoio para a autonomia de vida e os apartamentos de autonomização (art. 45.º e art. 50.º da LPCJP), por outro lado, confirma que ambas as medidas representam uma expressão muito reduzida no panorama nacional, como já referimos, pelos custos associados e pela maior dificuldade de implementação. Há o reconhecimento de que esta medida é raramente utilizada e que isso se deve principalmente, por existir pouca aposta da Segurança Social nesta medida por falta de fundos e por implicar muita maturidade e responsabilidade da parte dos jovens que dela poderão usufruir (Pereira, 2016).

Tal como indica Ferreira (2018), segundo o Instituto de Segurança Social, os apartamentos de autonomização são destinados a jovens com mais de quinze anos na transição para a vida adulta e cuja medida de proteção assim o determine. Estes contam com os mais variados objetivos que, segundo o ISS, passam por: acompanhar o jovem enquanto este se torna mais autónomo, minimizando o risco de exclusão social; dar

apoio psicológico, social, na entrada no mercado de trabalho; e ajudar os jovens a desenvolver as suas competências pessoais, sociais, escolares e profissionais através de programas de formação específicos.

Também Pereira (2016) refere que, os técnicos e diretores, quando questionados sobre os apartamentos de autonomização, concordam que estes são uma mais-valia. Consideram uma transição interessante e válida, na medida em que permite um trabalho mais individualizado, impossível de realizar nas instituições, por terem muitos jovens e, invariavelmente, uniformizarem este trabalho, que se apresenta como uma forma de facilitar o trabalho relativo ao desenvolvimento das competências de autonomia dos jovens.

Porém, se é consensual a importância atribuída a estes apartamentos pela sua natural facilidade de desenvolver capacidades de autonomia dos jovens, também é uniforme a inexistência destes apartamentos em muitas instituições. Na verdade, o que se verifica é que a existência dos apartamentos de autonomização está a cargo das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), instituições estas que, por norma, não têm fundos para arcar com as despesas da construção e manutenção destes espaços (Pereira, 2016).

Estas dificuldades comprometem a intervenção das instituições, que se evidencia essencial se atendermos ao que a investigação tem vindo a demonstrar. Por exemplo, Almeida (2016) concluiu, após realizar um teste sobre o que diz respeito à influência da participação em programa de promoção de autonomia na autonomia dos adolescentes, que são apresentadas diferenças estatisticamente significativas para a autonomia emocional, dos jovens que participam em programas, comparativamente aos que não o fazem, sugerindo que a aplicação do programa de autonomia em estudo surtiu efeitos. A mesma autora assume que a implementação de programas é muito importante, uma vez que um número significativo de jovens institucionalizados não possui qualquer tipo de apoio familiar ou de pessoas significativas. Deste modo, é função e obrigação de quem os acolhe, facilitar a sua autonomização na sociedade.

De acordo com Martins (2015), existem vários fatores que determinam o sucesso ou não do processo de autonomização do jovem, sendo que este tem determinadas necessidades que completam o seu desenvolvimento e que devem ser asseguradas pela família, escola e comunidade, no entanto, quando se trata de crianças e jovens institucionalizados é a instituição de acolhimento que deve assegurar essas necessidades e treinar as competências do jovem para que este consiga enfrentar a vida futura em sociedade. Assim, a mesma autora afirma que compete aos serviços de

institucionalização criar e recriar programas para a inserção social e utilizar instrumentos para medir a aquisição de competências do jovem, tendo em conta que as necessidades destes se encontram em constante mutação e que necessitam de ser capacitados em vários aspetos no sentido de se tornarem autónomos.

No seguimento desta ideia, a autora refere que a implementação do Plano DOM, Desafios, Oportunidades e Mudanças da Segurança Social, nos LIJ permitiu que muitos lares fizessem uma aposta na promoção e desenvolvimento de competências de autonomia das crianças e jovens institucionalizadas, sendo que outros apenas melhoraram a intervenção que até à data já era realizada.

No entanto, tendo em conta a realidade do sistema de acolhimento português isto nem sempre acontece uma vez que a educação e o treino de competências pessoais, sociais e de autonomia nem sempre são trabalhadas e, como tal, a implementação de programas específicos nas instituições de acolhimento não tem sido concretizada de forma sistemática (Veloso, 2014).

No seguimento deste facto, Almeida (2016) refere que com a análise dos resultados obtidos no seu estudo, foi possível verificar que os jovens que frequentaram o programa estruturado de promoção de autonomia são os que revelam maiores competências de autonomia nas diferentes dimensões estudadas. No seu estudo conclui-se ainda que seria fundamental que todas as crianças e jovens institucionalizadas pudessem participar em programas estruturados de promoção de autonomia de forma a prepará-los para uma vida autónoma, pois só assim estes se sentirão seguros e confiantes no momento em que abandonem o contexto de institucionalização.

Reforçando este ponto de vista, também Santos et al. (2017) chegaram a algumas conclusões depois de aplicar o Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida, que apresenta sessões estruturadas com aplicação grupal destinada a jovens em acolhimento residencial. Este Programa engloba nos seus domínios de atuação um Programa de Promoção da Regulação Emocional e um Programa de Competências Pessoais e Sociais. O impacto pretendido era a garantia da autonomia das jovens, assegurando uma saída segura da instituição e uma melhor integração e funcionalidade na família e/ou comunidade. Assim, após a aplicação deste programa e da análise dos seus resultados, estes autores concluíram que a autoestima subiu significativamente desde a pré-intervenção para pós-intervenção, através de um programa de autonomia. Já quanto aos problemas emocionais e de comportamento, também se registaram diferenças significativas do momento pré para o pós-intervenção,

principalmente no que diz respeito à ansiedade/depressão. No entanto, apesar de não se registarem diferenças nas restantes subescalas, registaram-se mudanças intra-individuais, sendo que as jovens diminuíram, por exemplo, os problemas de atenção/hiperatividade. De uma forma geral, os estudos de eficácia da intervenção do Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida demonstram melhorias ao nível emocional e comportamental, permitindo considerar que a intervenção beneficiou as jovens participantes na promoção de estratégias de autorregulação emocional e no desenvolvimento de competências de autonomia, indicando as vantagens do desenvolvimento deste tipo de programas.

Este é apenas mais um exemplo de implementação de um programa estruturado com sucesso no âmbito da autonomia destes jovens. Para se perceber a perspetiva dos profissionais das casas de acolhimento sobre estas questões, desenvolveu-se o estudo que se apresenta em seguida.

CAPÍTULO II - PLANO DE INVESTIGAÇÃO

No presente capítulo será apresentado o estudo, cujo cronograma se pode consultar em anexo (Anexo A), bem como os seus objetivos. Posteriormente, na metodologia será caracterizada a amostra, descrito o instrumento utilizado e sintetizados os procedimentos de recolha e análise dos dados.

1. Apresentação do estudo e seus objetivos

Tendo por base a revisão da literatura efetuada nesta área, e sendo este um estudo de natureza qualitativa, foi definida como questão de estudo/objetivo principal do projeto, explorar as perceções dos técnicos e elementos da equipa educativa das casas de acolhimento sobre a promoção da autonomia em jovens institucionalizados. Como objetivos específicos foram definidos os seguintes:

- a) Elencar os programas estruturados utilizados nas casas de acolhimento residencial e caracterizá-los (frequência de implementação e adesão dos jovens);
- b) Perceber se as casas de acolhimento dos participantes em estudo têm espaço específico para apoio à autonomia e transição para a vida adulta (organizado pela instituição ou protocolado com a Segurança Social) e caracterizar a sua utilização;
- c) Perceber se nas casas de acolhimento residencial, onde exercem funções os participantes, são implementados programas estruturados de autonomia e transição ou privilegiadas as situações do quotidiano na promoção de autonomia;
- d) Elencar os motivos inerentes à opção por programas estruturados ou situações do quotidiano na promoção de autonomia, apontados pelos elementos das equipas técnica e educativa;
- e) Identificar em que dimensões da autonomia são privilegiados os programas estruturados e em quais se valoriza a intervenção não estruturada através de situações do quotidiano, na perspetiva dos elementos das equipas técnica e educativa;
- f) Compreender se os elementos das equipas técnica e educativa valorizam e se sentem informados e capazes de utilizar esta ferramenta de trabalho (os programas estruturados) ou se apontam a necessidade de formação neste âmbito.

2. Metodologia

2.1. Caracterização da amostra

Para a realização deste estudo, foram contactadas 60 casas de acolhimento residencial de Norte a Sul do país, das quais 10 aceitaram participar, 9 recusaram e as restantes não responderam. Das casas de acolhimento que colaboraram, pertencentes aos distritos de Castelo Branco, Setúbal, Vila Real, Bragança, Braga, Faro e Viseu, foram obtidas 23 respostas válidas (Tabela 1), incluindo apenas 2 participantes que pertenciam à equipa educativa (8.7%), sendo os restantes da equipa técnica (n=21; 91.3%).

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica dos participantes

	Mín.	Máx.	M	DP
Idade	23	61	37.17	8.49
Tempo de Serviço (em meses)	2	240	86.30	75.45
	N		%	
Equipa				
Equipa Educativa	2		8.7	
Equipa Técnica	21		91.3	
Género				
Feminino	19		82.6	
Masculino	4		17.4	
Habilitações				
12º Ano	1		4.3	
Licenciatura ou mais	22		95.7	
Área de Formação				
Psicologia	8		40	
Política Social	1		5	
Serviço Social	6		30	
Psicopedagogia	1		5	
Sociologia	1		5	
Educação Social	2		10	
Política Social e Proteção de Menores	1		5	
Género dos acolhidos				
Feminino	7		31.8	
Masculino	4		18.2	
Ambos	11		50	

A amostra foi constituída por 4 participantes do género masculino (17.4%) e 19 do género feminino (82.6%), com idades compreendidas entre os 23 e os 61 ($M = 37.17$; $DP = 8.49$). Apenas um participante tinha o 12º ano de escolaridade (4.3%), os 22 restantes tinham licenciatura ou mais (95.7%). Relativamente ao tempo de serviço, em meses, percebeu-se que variava de 2 a 240 meses, isto é, 20 anos ($M = 86.30$; $DP = 75.45$). Já quanto à área de formação, verificaram-se sete áreas: Psicologia, a área com mais relevância, nomeadamente da especialidade de Saúde e Clínica ($n = 8$; 40%), seguida de Serviço Social ($n = 6$; 26.1%) e, por último, as áreas de Política Social, Serviço Social, Psicopedagogia, Sociologia, Educação Social e Política Social e Proteção de Menores.

Relativamente ao género das crianças integradas em casas de acolhimento residencial, 7 acolhiam o género feminino (30.4%), 4 o masculino (17.4%) e 11 ambos os géneros (47.8%).

2.2. Instrumentos

Com o objetivo de dar resposta à questão de estudo, os dados foram recolhidos através de um questionário. Para a recolha de dados, foram efetuados dois pedidos de autorização, um aos autores do instrumento utilizado (Anexo B) e outro às instituições onde o mesmo foi aplicado (Anexo C).

O questionário é constituído por duas partes, uma primeira de caracterização sociodemográfica dos participantes e de recolha de informação sobre a instituição e uma segunda parte que incluiu a *Casey Life Skills* (Nolan et al., 2000) - Escala de Competências de Vida (Gonçalves, Macedo, Pinto, & Azeredo, 2016) (Anexo D).

A *Casey Life Skill (CLS)* é uma ferramenta de livre acesso que avalia o comportamento e competências que os jovens ainda precisam de alcançar. O seu objetivo é encaminhar os jovens para o seu desenvolvimento pleno, de forma saudável e produtiva. Este instrumento foi desenhado para ser usado através da cooperação do jovem com o educador. É apropriado para jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 21 anos, independentemente das circunstâncias de vida (isto é, com os pais biológicos/em família ou em regime de acolhimento institucional). Por norma, os jovens necessitam de 30 a 40 minutos para o preencher. Os resultados do questionário ficam disponíveis imediatamente o que permite o estabelecimento de objetivos de desenvolvimento, orientados pelo educador (Bell et al., 2017).

Depois da tradução e adaptação do *Casey Life Skills* (Nolan et al., 2000), a Escala de Competências de Vida (Gonçalves, Macedo, Pinto, & Azeredo, 2016) ficou constituída por sete subescalas: competências de vida diária (18 itens); competências de autocuidado (18 itens); competências de relacionamento e comunicação (18 itens); habitação e gestão do dinheiro (23 itens); trabalho e estudos (20 itens); planeamento da carreira e educação (9 itens) e, por fim, projeção do futuro (8 itens).

Sendo um instrumento norte-americano, o primeiro passo para a criação da versão portuguesa, que utilizamos neste trabalho, foi a sua tradução. Para assegurar a validade de conteúdo e de constructo foi realizada uma entrevista de reflexão falada, com três especialistas da área, às subescalas de natureza instrumental. Depois da entrevista às três técnicas, foram efetuadas as alterações na escala, sugeridas pelas mesmas (Azevedo, 2016).

Neste caso, este instrumento foi adaptado (com autorização dos autores) e foi utilizado neste estudo para obter a perspetiva dos profissionais e não dos jovens, numa tentativa também de compreender se se verifica a aplicação de um programa estruturado, ou não, na promoção das competências patentes no instrumento. A versão original do instrumento implica que os participantes (crianças ou jovens) tenham de avaliar as competências de 1 a 5, correspondentemente 1-Não, 2-A maioria das vezes não, 3-Às vezes, 4-A maioria das vezes ou 5-Sim, consoante fossem consideradas competências adquiridas ou não. Após a adaptação realizada para este estudo, deixou de ser um instrumento para crianças ou jovens, mas para educadores e técnicos, em que os mesmos tinham de indicar se as competências incluídas em cada subescala são trabalhadas ou não (Nada trabalhada, Pouco trabalhada, Trabalhada ou Muito trabalhada) na casa de acolhimento onde exercem funções, e de que forma o fazem, se for o caso: programa estruturado ou através de situações do quotidiano.

2.3. Procedimentos

Num primeiro momento do trabalho, foi solicitada a autorização aos autores responsáveis pela tradução e adaptação da escala. Tendo sido concedida, a autorização, por parte de todos os autores, a mesma pôde ser utilizada, salvaguardando a sua não divulgação.

Posteriormente foi realizado um pré-teste ao questionário, atendendo à necessidade de verificar a adequação das questões de caracterização geral e da alteração efetuada à Escala de Competências de Vida, com duas técnicas de duas

casas de acolhimento residencial distintas e foram realizados ajustes e adaptações, para tornar o mesmo o mais claro e acessível possível. Ao longo do pré-teste foram garantidos confidencialidade e anonimato e foi salientado que os dados recolhidos seriam usados apenas para fim académico, para tal, foi assinado por ambas um consentimento informado, que foi também aplicado aos participantes, usufruindo exatamente das mesmas condições.

A comunicação com as casas de acolhimento residencial foi realizada via email, primeiramente com a solicitação de autorização para recolha de dados, respetivo pedido de consentimento informado e posteriormente envio do link do questionário (LimeSurvey:<http://www.esev.ipv.pt/limesurvey/index.php?r=survey/index/sid/225859/lang/pt>).

Os dados foram recolhidos nos meses de fevereiro, março e abril de 2019.

2.4. Técnicas de análise de dados

Para a análise e tratamento descritivo dos dados foi utilizado o programa informático *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) para o Windows, versão IBM 25. Foi realizada uma análise descritiva dos dados obtidos, atendendo aos objetivos do estudo.

3. Apresentação e discussão de resultados

3.1. Implementação de programas estruturados de promoção de autonomia em casas de acolhimento residencial

Através das respostas obtidas, foi possível aferir que 8 inquiridos afirmaram aplicar ou basear-se em programas estruturados de autonomia ou, ainda, recorrer a instrumentos validados neste âmbito que permitem elencar as competências que podem ser trabalhadas. Destes 8, apenas 5 afirmam basear o seu trabalho de autonomia no PHS - Programa de Habilidades Sociais, no Programa Umbrella, ou preparando atividades com base nas competências elencadas na escala *Casey Life Skills*. Relativamente aos outros 3 inquiridos, que afirmaram aplicar programas estruturados, um não especificou qual o programa utilizado, os outros dois indicaram, respetivamente, realizar atividades de confeção de refeições – não se percebe a que programa

estruturado se refere o participante ou se tem conhecimento sobre a noção de programa estruturado (apesar de termos incluído no instrumento uma breve explicação) e a criação (pela equipa técnica) de um programa para aquisição de competências sociais, pessoais e educativas.

O PHS, como referido pelo Instituto Universitario de Integración en la comunidad (s.d.), trabalha diferentes habilidades visando aumentar as competências sociais e a adaptação ao meio ambiente. Este programa apresenta uma estrutura e composição originais que ampliam o conceito geralmente restrito de habilidades sociais. As competências necessárias para integrar a sociedade são levantadas e trabalhadas e o trabalho é efetuado de forma assertiva e organizada. Este trabalho é realizado em grupo, em sala de aula, em locais amplos ou mesmo na comunidade, superando a dinâmica de gabinete-indivíduo. O programa compreende seis objetivos gerais, dezassete objetivos específicos e duzentos e um objetivos operacionais.

O Programa Umbrella, tal como consta no manual *Programa Umbrella - Olhar o futuro, preparados para a vida* (2006), foi desenvolvido no âmbito de um projeto Leonardo da Vinci da União Europeia, por vários profissionais ligados à proteção infantil, durante os anos 1997-2000. Este programa tem como objetivo trabalhar as competências sociais dos jovens em acolhimento residencial, na sua transição para a idade adulta. No manual do programa, estão patentes exercícios que têm como principal objetivo, o trabalho das competências para a independência das crianças e dos jovens. Este método inclui várias atividades práticas, discussões e reflexões que estruturam a aprendizagem destas competências. No manual pode ainda encontrar-se uma apresentação para os técnicos que acompanharão o processo, um caderno de exercícios com orientações e aspetos metodológicos, assim como a fundamentação, facultando conselhos práticos para aproveitar e usar nos diferentes capítulos do caderno de exercícios. Neste programa as 5 grandes áreas trabalhadas são o apoio social, estudos/ trabalho, dinheiro, sobre mim mesmo e a casa. Nestas áreas estão patentes diversos temas, respetivamente, a rede de apoio social, a família, os amigos, as visitas, os vizinhos, a paternidade, os tempos livres, localidade, viajar, a escola, o futuro, ir para a universidade, encontrar trabalho, escrever um CV, candidaturas e entrevistas, experiência laboral, como comprar roupa, gerir dinheiro, pagar faturas, fazer compras, prestações sociais, salário, conta bancária e poupar, seguros e impostos, autoestima, vida saudável, médico de família, dentista, álcool e outras drogas, fumar, educação sexual, higiene pessoal, assuntos oficiais, morada, independência, mobilar casa, segurança em casa, cozinha, limpar e lavar a roupa.

Quanto às atividades planeadas em função das competências apresentadas na escala utilizada neste trabalho, não se referem a programa estruturado, mas constata-se alguma preocupação em seguir algum instrumento orientador da intervenção, por parte dos técnicos que referem esta situação.

Relativamente à frequência da aplicação dos programas de autonomia, a resposta mais comum foi “semanalmente” (5 respostas), sendo que também surgiram respostas como “pouca” (1 resposta), “quinzenalmente” (1 resposta) ou “sempre em operacionalização quando as jovens estão num processo formal de autonomização social” (1 resposta).

Quanto à participação dos jovens, a maioria referiu que têm a adesão “Boa” (5 participantes), sendo que surgiram respostas a indicar uma adesão “Muito Boa” (1 participante) e “Fracas” (1 resposta).

Relativamente aos espaços para a implementação de programas ou iniciativas promotoras de autonomia, apenas 5 profissionais afirmam ter espaços de autonomia internos, sendo que nenhuma das casas de acolhimento inquiridas usufrui de apartamentos de autonomização cedidos pela SS. Quanto aos espaços internos para desenvolver este trabalho, os 5 inquiridos que confirmaram a sua existência, afirmam que estão a ser utilizados, apesar do número de jovens que os utiliza variar (entre 1 e 6).

De acordo com as respostas recolhidas, existem múltiplas razões apontadas para a ausência de implementação de um programa de autonomia estruturado, como por exemplo, a reformulação recente da equipa técnica, dificuldade de acesso a um programa estruturado e testado cientificamente, falta de recursos humanos e materiais, necessidade de adaptação dos programas (devido à faixa etária ou a características específicas dos jovens), preferência por atividades adequadas e específicas a cada necessidade e/ou a vivências do quotidiano, ao invés de aplicar programa específico, ou mesmo por falta de interesse da direção.

3.2. Análise descritiva da Escala *Casey Life Skills* – competências trabalhadas e recurso a programa/situações do quotidiano

A subescala de Competências de Vida Diárias (Tabela 2), constituída por 18 itens/competências, apresenta uma média total de 3.18 (± 0.631), sendo que a escala de respostas variava entre 1 (nada trabalhada) e 4 (muito trabalhada), revelando que, na perspetiva dos participantes, esta é uma dimensão trabalhada nas suas instituições.

Tabela 2

Estatística descritiva dos itens e total da subescala Competências de Vida Diárias

1. Competências de Vida Diárias	Min	Máx	M	DP
1.1. Saber como aceder à internet	3	4	3.60	.507
1.2. Conseguir encontrar o que quer na internet	2	4	3.47	.624
1.3. Saber como usar a conta de e-mail	1	4	3.18	.809
1.4. Saber criar, guardar, imprimir e enviar documentos no computador	1	4	3.33	.767
1.5. Conhecer os riscos de se encontrar com uma pessoa que conheceu online	2	4	3.35	.786
1.6. Saber escolher não publicar fotografias ou mensagens se estas magoarem os sentimentos de alguém	2	4	3.39	.698
1.7. Saber o que fazer ou a quem contar se receber mensagens online que façam sentir mal ou com medo	1	4	3.29	.920
1.8. Conhecer pelo menos um adulto, para além do técnico/gestor de referência, que atenderia uma chamada, a meio da noite, se tiver uma emergência	1	4	3.17	.857
1.9. Ter um adulto em quem confia, para além do técnico/gestor de referência, que contacta para saber como está regularmente	1	4	3.22	.943
1.10. Saber fazer uma lista e comparar preços quando vai às compras	2	4	3.18	.636
1.11. Saber confeccionar refeições com ou sem receita	2	4	2.89	.832
1.12. Pensar sobre a sua alimentação e ter consciência do seu impacto na saúde	2	4	3.11	.758
1.13. Saber ler o conteúdo dos rótulos de produtos alimentares relativos à quantidade de gordura, açúcar, sal e calorias dos alimentos	1	4	2.44	1.031
1.14. Saber como lavar a roupa na máquina	1	4	2.69	.946
1.15. Saber manter o espaço onde vive limpo	3	4	3.78	.428
1.16. Saber que produtos de limpeza deve usar nas diferentes áreas da casa, designadamente na cozinha e casa de banho	1	4	3.11	.963
1.17. Saber passar a ferro	1	4	2.65	1.115
1.18. Saber usar um extintor	1	4	2.06	1.181
Total	1	4	3.18	.631

Nesta subescala, os itens 1.15. “Saber manter o espaço onde vive limpo” (M=3.78; DP= .428) e 1.1. “Saber como aceder à internet” (M=3.60; DP= 0.507) são os que apresentam média mais elevada, pelo que se depreende que são as competências mais trabalhadas com os jovens. Por sua vez, os itens 1.18. “Saber usar um extintor” (M= 2.06; DP= 1.181) e 1.13. “Saber ler o conteúdo dos rótulos de produtos alimentares relativos à quantidade de gordura, açúcar, sal e calorias dos alimentos” (M= 2.44; DP= 1.031) são os que apresentam os valores mais baixos de respostas, podendo ser consideradas como uma fragilidade da intervenção ao nível deste tipo de competências. Destacam-se, ainda, valores baixos em competências relacionadas com tarefas como cozinhar e cuidar da roupa (lavar e passar a ferro), tarefas que, geralmente, ficam a cargo dos colaboradores das instituições, ao que acresce a dificuldade de as trabalhar se não houver um espaço apropriado (mais familiar e menos em formato de refeitório ou lavandaria).

Apesar desta ser uma realidade nacional, Santos, Velho, Pinheiro e Palaio (2018), referem que a maioria dos jovens, após a participação num programa de autonomia, apresenta indicadores mais positivos para a sua autonomia, sobretudo no que concerne ao aumento significativo no nível de autoestima e de competências pessoais e sociais, o que leva os jovens a adotar comportamentos mais autoconfiantes e menos autodepreciativos. Estes jovens adquirem também competências para que tenham uma gestão autónoma do domicílio, consideradas competências pessoais de relevo para garantir o sucesso na vida independente.

A subescala de Competências de Autocuidado (Tabela 3), também com 18 itens, apresenta uma média de 3.23 (± 0.632).

Nesta subescala os itens 2.11. “Tomar banho diariamente” (M= 3.95; DP= 0.229) e o 2.12. “Escovar os seus dentes diariamente” (M= 3.95; DP= 0.229) representam as competências com a maior pontuação, logo, as que são mais trabalhadas, competências pessoais indispensáveis, no seguimento das ideias de Santos *et al.* (2018). Já os itens 2.5. “Conhecer a histórica médica da sua família” (M= 2.39; DP= 0.979) e o 2.9. “Saber como aceder a medidas de apoio ao nível da saúde” (M= 2.68; DP= 1.057) são os itens que apresentam valores mais baixos de respostas, podendo ser considerados como uma fragilidade para esta amostra. Também, competências como saber identificar sintomas de doença, realizar pequenos curativos, saber como marcar consultas médicas e como usufruir de medidas de apoio social, são evidenciadas pelos seus valores baixos. Estas são também tarefas que estão a cargo dos colaboradores das instituições, implicando alguns cuidados e conhecimentos de

saúde, informação específica de medidas e apoios, ou até, deslocações à Segurança Social (ou outros serviços) se for o caso, o que não é viável para muitos menores acolhidos ou implica atividades educativas específicas neste âmbito.

Tabela 3

Estatística descritiva dos itens e total da subescala Competências de Autocuidado

2. Competências de Autocuidado	Min	Máx	M	DP
2.1. Saber fazer curativos a pequenas feridas e o que fazer quando está doente	1	4	2.78	.943
2.2. Quando necessário saber como obter cuidados médicos e dentários	1	4	3.00	.970
2.3. Saber como marcar as suas consultas médicas e dentárias	1	4	2.82	.951
2.4. Saber quando deve ir às urgências em vez de ir ao consultório médico	1	4	3.00	.816
2.5. Conhecer a histórica médica da sua família	1	4	2.39	.979
2.6. Ter pelo menos um adulto de confiança que iria visitar se estivesse no hospital	1	4	3.00	.907
2.7. Ter pelo menos um adulto de confiança que legalmente possa tomar decisões médicas por si e falar por si caso esteja incapaz de o fazer	1	4	3.06	.899
2.8. Saber como aceder a medidas de apoio social	1	4	2.74	1.046
2.9. Saber como aceder a medidas de apoio ao nível da saúde	1	4	2.68	1.057
2.10. Saber como aceder a medidas de apoio à formação/educação	1	4	3.05	.911
2.11. Tomar banho diariamente	3	4	3.95	.229
2.12. Escovar os seus dentes diariamente	3	4	3.95	.229
2.13. Saber como se afastar de situações que o/a possam prejudicar	2	4	3.58	.607
2.14. Ter para onde ir quando se sente inseguro/a	3	4	3.58	.507
2.15. Saber dizer que não a uma relação íntima sexual quando não quer	1	4	3.47	.964
2.16. Saber as formas de se proteger de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)	1	4	3.61	.778
2.17. Saber como prevenir uma gravidez	1	4	3.50	.857
2.18. Saber onde ir para obter informação sobre sexo e gravidez	1	4	3.39	.850
Total	1	4	3.23	.632

A subescala de Competências de Relacionamento e Comunicação (Tabela 4), constituída também por 18 itens, apresenta uma média de 3.37 (± 0.467).

Tabela 4

Estatística descritiva dos itens e total da subescala Competências de Relacionamento e Comunicação

3. Competências de Relacionamento e Comunicação	Min	Máx	M	DP
3.1. Conseguir falar por si próprio	2	4	3.41	.618
3.2. Saber como agir em situações sociais ou profissionais	3	4	3.41	.507
3.3. Saber como respeitar pessoas com diferentes crenças, opiniões e culturas	3	4	3.59	.507
3.4. Conseguir descrever a sua identidade racial e étnica	3	4	3.25	.447
3.5. Conseguir explicar a diferença entre orientação sexual e identidade de género	1	4	2.71	.920
3.6. Ter amigos com quem gosta de estar que o/a ajudem a sentir-se apreciado/a e com valor	2	4	3.53	.624
3.7. Fazer parte de uma família em que se cuidam uns dos outros	2	4	3.35	.786
3.8. Conseguir entrar em contacto com pelo menos um membro da família quando quer	3	4	3.59	.507
3.9. Ter amigos ou família com quem estar nas férias e em ocasiões especiais	2	4	3.53	.624
3.10. Saber que pode ficar ao cuidado pelo menos de um adulto quando sair do acolhimento	2	4	3.41	.618
3.11. Conhecer pelo menos um adulto, que pode ser avô/ó ou tio/ia dos seus filhos ou futuros filhos	1	4	3.12	.857
3.12. Ter relacionamentos livres de agressões físicas tais como, bater, esbofetear e agressões verbais, como humilhar, ser gozado/a ou insultado/a	3	4	3.56	.512
3.13. Conhecer os sinais de um relacionamento abusivo	1	4	3.50	.786
3.14. Saber qual o objetivo do seu acolhimento	3	4	3.71	.470
3.15. Ter informação sobre os membros da sua família	3	4	3.71	.470
3.16. Pensar sobre como as suas escolhas têm impacto nos outros	2	4	3.56	.616
3.17. Conseguir lidar com a raiva sem magoar outros ou danificar coisas	3	4	3.67	.485
3.18. Mostrar aos outros que se preocupa com eles	3	4	3.56	.511
Total	1	4	3.37	.467

Nesta subescala os itens 3.14. “Saber qual o objetivo do seu acolhimento” (M= 3.71; DP= 0.470) e o 3.15. “Ter informação sobre os membros da sua família” (M=3.71; DP= 0.470) representam as competências mais trabalhadas, com as médias mais elevadas, enquanto os itens 3.5. “Conseguir explicar a diferença entre orientação sexual e identidade de género” (M= 2.71; DP= 0.920) e o 3.11. “Conhecer pelo menos um adulto, que pode ser avô/ó ou tio/ia dos seus filhos ou futuros filhos” (M=3.12; DP=0.857) representam as menos trabalhadas, representando também uma fragilidade. Relativamente às competências com valores mais altos, ainda sobressai o trabalho das emoções, competência importante para conseguir realizar um bom trabalho de autonomia. Este trabalho, desenvolvido pelos colaboradores das instituições tem como fim, preparar os jovens para lidarem com sentimentos adversos, como o momento de saída da instituição, diminuindo assim eventuais problemas emocionais e de comportamento, referidos como um obstáculo e desafio a ultrapassar por diversos autores, como Fatela (2015) e Delgado e Gersão (2018).

A subescala de Habitação e Gestão de Dinheiro (Tabela 5), constituída por 23 itens, apresenta uma média de 2.20 (\pm 0.844).

Nesta subescala os itens 4.23. “Saber como usar um transporte público para chegar onde precisa” (M=3.18; DP=1.015) e 4.21. “Conseguir explicar como se pode renovar a carta de condução ou o cartão de cidadão” (M=2.76; DP=1.147) são os que apresentam média mais elevada, pelo que se depreende que são as competências mais trabalhadas com os jovens, já os itens 4.8. “Conhecer as vantagens e desvantagens de usar um cheque pré-datado ou pagamento com cartão de crédito na loja” (M=1.61; DP=0.916), 4.1. “Compreender o funcionamento das taxas de juros nos empréstimos ou compras com cartão de crédito” (M=1.71; DP=0.849) e o 4.7. “Consultar o seu banco online para manter o controlo do seu dinheiro” (M=1.71; DP=0.920) são os que apresentam os valores mais baixos de respostas, podendo ser consideradas como uma fragilidade, ou seja, que são as competências menos trabalhadas.

Tabela 5

Estatística descritiva dos itens e total da subescala Habitação e Gestão de dinheiro

4. Habitação e Gestão de dinheiro	Min	Máx	M	DP
4.1. Compreender o funcionamento das taxas de juros nos empréstimos ou compras com cartão de crédito	1	3	1.71	.849
4.2. Saber desvantagens de comprar com cartão de crédito	1	4	1.89	.963
4.3. Saber a importância de um limite de crédito	1	4	1.78	.943
4.4. Saber como gerir a sua conta bancária	1	4	2.33	1.029
4.5. Colocar dinheiro na sua conta poupança quando pode	1	4	2.44	1.149
4.6. Conhecer um adulto que iria ajudar se tivesse uma emergência financeira	1	4	2.22	1.003
4.7. Consultar o seu banco online para manter o controlo do seu dinheiro	1	4	1.71	.920
4.8. Conhecer vantagens e desvantagens de usar um cheque pré-datado ou pagamento com cartão de crédito na loja	1	4	1.61	.916
4.9. Saber como encontrar uma casa segura e economicamente acessível	1	4	2.39	1.145
4.10. Conseguir calcular os custos ao mudar para uma casa nova, como os seus rendimentos, caução, valor da renda, existência de fiador, eletrodomésticos e mobília	1	4	2.39	1.243
4.11. Saber como preencher uma candidatura para ter apoio ao arrendamento de um apartamento	1	4	2.33	1.188
4.12. Saber como obter ajuda de emergência para pagar a água, eletricidade e contas de gás	1	4	2.28	1.127
4.13. Saber o que pode acontecer se não cumprir o contrato de arrendamento	1	4	2.50	1.150
4.14. Saber explicar a importância de ter um seguro de arrendatário ou proprietário	1	4	2.00	1.085
4.15. Conhecer um adulto com quem possa viver uns dias ou semanas se precisar	1	4	2.56	1.042
4.16. Conhecer pelo menos um adulto que viva numa casa estável e segura e que o/a contacta regularmente, para além do seu gestor de caso ou outro profissional	1	4	2.56	1.097
4.17. Conhecer um adulto que possa procurar para obter aconselhamento financeiro	1	4	2.35	1.057
4.18. Fazer o plano de gastos a pagar todos os meses	1	4	2.65	1.057
4.19. Manter registos do que recebe e contas que paga	1	4	2.59	1.121
4.20. Saber o que pode acontecer, segundo as leis, se for apanhado a conduzir sem seguro ou carta de condução	1	4	2.29	1.160
4.21. Conseguir explicar como se pode renovar a carta de condução ou o cartão de cidadão	1	4	2.76	1.147
4.22. Conseguir calcular os custos do seu próprio carro, tais como registo, reparações, seguro e combustível	1	4	2.18	1.185
4.23. Saber como usar um transporte público	1	4	3.18	1.015
Total	1	4	2.20	.844

Outra das competências com mais pontuação e que se destaca, é a relacionada com a gestão monetária, competência indispensável para uma vida autónoma e independente, sendo este o objetivo final de todo o trabalho de autonomia desenvolvido nas instituições, educar e capacitar jovens, de forma a que se tornem adultos autónomos e independentes, tal como se compreende ao longo do enquadramento teórico e vai ao encontro dos apoios do Instituto da Segurança Social (2009) e da LPCJP, a Medida de Apoio para a Autonomia de Vida (MAAV), que se caracterizam por prestar apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, de modo a proporcionar a autonomização e o desenvolvimento das competências e capacidades necessárias e sentido de responsabilidade.

A subescala de Trabalho e Estudos (Tabela 6) é constituída por 20 itens e apresenta uma média de 3.12 (± 0.670).

Nesta subescala os itens 5.19. “Chegar à escola ou ao trabalho a horas” ($M=3.61$; $DP=0.502$) e 5.20. “Fazer o seu trabalho bem e atempadamente” ($M=3.56$; $DP=0.511$) representam as competências mais trabalhadas, com as médias mais elevadas, já o item 5.5. “Saber como preencher um formulário de pedido de isenção da Segurança Social para o primeiro emprego” ($M=2.33$; $DP=1.138$) e o 5.4. “Saber o que significam as informações no recibo do salário” ($M=2.47$; $DP=1.138$) apresentam as menores médias, pelo que representam as menos trabalhadas, representando também uma fragilidade.

É de salientar que outra competência das mais trabalhadas pelos colaboradores das instituições, com mais pontuação na tabela, é o saber receber e respeitar críticas e orientações na escola ou no trabalho, competência esta essencial para trabalhar qualquer outra competência, pois compreende-se que alguns problemas comportamentais surgem da não aceitação ou discórdia de possíveis orientações fornecidas. Atendendo a estes resultados há ainda questões por esclarecer, tal como refere Martins (2005), ao questionar se todas as instituições terão as condições mínimas para a promoção do desenvolvimento de quem acolhem e para o estabelecimento das relações interpessoais e de vinculação que estas crianças e jovens necessitam.

Tabela 6

Estatística descritiva dos itens e total da subescala Trabalho e Estudos

5. Trabalho e Estudos	Min	Máx	M	DP
5.1. Saber como elaborar um currículo	1	4	3.35	.786
5.2. Saber como preencher um formulário para a candidatura de emprego	1	4	3.12	.928
5.3. Saber como se preparar para uma entrevista de emprego	1	4	3.06	.854
5.4. Saber o que significam as informações no recibo do salário	1	4	2.47	1.007
5.5. Saber como preencher um formulário de pedido de isenção da Segurança Social para o primeiro emprego	1	4	2.33	1.138
5.6. Saber quais são os direitos dos trabalhadores	1	4	2.83	.857
5.7. Saber o que é assédio sexual e discriminação	1	4	2.83	1.043
5.8. Saber as razões pelas quais os contactos pessoais são importantes para arranjar emprego	1	4	2.94	.827
5.9. Saber como obter os documentos que precisa para o trabalho, como o Cartão de Cidadão e o registo criminal	1	4	3.06	.802
5.10. Saber como aceder/obter o seu registo de saúde e registo criminal	1	4	2.89	.900
5.11. Conhecer um adulto que irá consigo se precisar de mudar de escola	1	4	3.17	.924
5.12. Saber como obter os serviços de psicologia na sua escola	1	4	3.00	.840
5.13. Saber onde pode obter ajuda para preencher um formulário de Imposto sobre o rendimento de pessoas Singulares (IRS)	1	4	2.50	1.150
5.14. Ter um adulto na sua vida que se preocupe acerca de como está na escola e no trabalho	3	4	3.50	.514
5.15. Aceitar receber críticas e orientações na escola ou no trabalho sem perder o controlo	3	4	3.47	.514
5.16. Saber como se preparar para os exames e/ou apresentações	1	4	3.41	.795
5.17. Saber onde pode obter tutoria ou outro tipo de ajuda com os trabalhos escolares	1	4	3.28	.826
5.18. Rever o seu trabalho para corrigir erros	2	4	3.22	.732
5.19. Chegar à escola ou ao trabalho a horas	3	4	3.61	.502
5.20. Fazer o seu trabalho bem e atempadamente	3	4	3.56	.511
Total	1	4	3.12	.670

A subescala de Planeamento da Carreira e Educação (Tabela 7), constituída por 9 itens, apresenta uma média de respostas de 3.07 (± 0.798).

Tabela 7

Estatística descritiva dos itens e total da subescala Planeamento da Carreira e Educação

6. Planeamento da Carreira e Educação	Min	Máx	M	DP
6.1. Saber como procurar estágios profissionais	1	4	2.78	1.003
6.2. Saber como encontrar informação sobre formação profissional	1	4	3.17	.924
6.3. Conseguir explicar os benefícios de fazer trabalho voluntário	1	4	2.89	1.023
6.4. Conversar com um adulto que trabalhe num emprego que gostaria de ter	1	4	2.89	.963
6.5. Saber que tipo de formação (faculdade, escola profissional) precisa para o trabalho que quer fazer	1	4	3.33	.907
6.6. Saber como concorrer para aceder à escola, formação ou trabalho que quer depois da escola secundária	1	4	3.17	.985
6.7. Saber como encontrar ajuda financeira para ajudar a pagar a sua educação ou formação	1	4	2.78	1.114
6.8. Falar com um adulto que cuida de si sobre os seus planos de educação	1	4	3.39	.850
6.9. Conhecer um adulto que possa ajudar a candidatar para a formação ou educação depois do ensino obrigatório	1	4	3.22	1.060
Total	1	4	3.07	.798

Nesta subescala os itens 6.8. “Falar com um adulto que cuida de si sobre os seus planos de educação” (M=3.39; DP=0.850) e 6.5. “Saber que tipo de formação (faculdade, escola profissional) precisa para o trabalho que quer fazer” (M=3.33; DP=0.907) representam as competências mais trabalhadas, com as médias mais elevadas, já o item 6.1. “Saber como procurar estágios profissionais” (M=2.78; DP=1.003) e o 6.7. “Saber como encontrar ajuda financeira para ajudar a pagar a sua educação ou formação” (M= 2.78; DP= 1.114) apresentam as menores médias, pelo que representam as menos trabalhadas. Através desta subescala depreende-se também que outra competência das menos trabalhadas, menos cotadas, é a compreensão do valor do trabalho voluntário e a pouca exploração e contacto com a

área profissional predileta do jovem, tal entende-se pelo investimento reduzido na exploração e trabalho do futuro do jovem, na vida após a saída da instituição, tal como é explicado por vários profissionais ao longo do enquadramento teórico. Com efeito, Ferreira (2017) reforça esta ideia, referindo que na educação os resultados carecem de tempo e, tão importante como esse, de uma relação de confiança que lhes mostre que é possível avançar.

Por último, a subescala de Projeção do Futuro (Tabela 8), constituída por 8 itens, apresenta uma média de 3.24 (± 0.736).

Tabela 8

Estatística descritiva dos itens e total da subescala Projeção do Futuro

7. Projeção do Futuro	Min	Máx	M	DP
7.1. Acreditar que pode influenciar a forma como a sua vida se vai desenrolar	1	4	3.28	.826
7.2. Conseguir ver-se no futuro como um adulto bem-sucedido	1	4	3.28	.826
7.3. Ter com relacionamento com um adulto de confiança de quem gosta e respeita	1	4	3.28	.895
7.4. Gostar de usar a sua experiência para ajudar outros jovens	2	4	3.11	.676
7.5. Acreditar que as suas relações com os outros o/a irão ajudar a ter sucesso	2	4	3.28	.669
7.6. Sentir que está pronto/a para a próxima etapa da sua vida	2	4	3.39	.698
7.7. De uma forma geral, sentir orgulho da maneira como está a viver a sua vida	1	4	3.29	.849
7.8. De uma forma geral, sentir que tem controlo de como a sua vida vai ser	1	4	3.33	.840
Total	1	4	3.24	.736

Nesta subescala os itens 7.6. “Sentir que está pronto/a para a próxima etapa da sua vida” (M=3.39; DP=0.698) e 7.8. “De uma forma geral, sentir que tem controlo de como a sua vida vai ser” (M=3.33; DP=0.840) representam as competências mais trabalhadas, com as médias mais elevadas, já o item 7.4. “Gostar de usar a sua experiência para ajudar outros jovens” (M= 3.11; DP= 0.676) apresenta a menor média, pelo que representa a competência menos trabalhada. Outra das competências menos cotadas, é o trabalho e acompanhamento que permita a satisfação e realização com a vida que o jovem leva. É espectável que esta competência seja trabalhada pelos

psicólogos, pela equipa multidisciplinar e não só, também por todos os colaboradores, pois só com acompanhamento, preocupação e interesse de todos os cuidadores e colaboradores, é possível motivar e amparar um jovem, fornecendo-lhe bases e apoios que o permitam viver satisfeito e o mais completo possível. Apesar de todo este trabalho desenvolvido, fica ainda muito por fazer, tal como refere Cruz et al. (2016), pois verifica-se falta de um acompanhamento pós-institucionalização, visto que se o jovem pretender sair da instituição não é realizado nenhum acompanhamento externo, ao contrário do que acontece se um jovem pretender prosseguir estudos, uma vez que será acompanhado no apartamento de autonomização ou mesmo na casa de acolhimento residencial, como já referimos anteriormente.

Relativamente à forma como estas competências são trabalhadas, conclui-se através das respostas recolhidas, que apenas 6 competências são trabalhadas maioritariamente através de programas estruturados, e incluem aspetos que se revelaram deficitários na análise anterior, precisamente porque a maioria dos participantes refere que não recorre a programas estruturados, logo estas competências acabam por não ser trabalhadas nas situações do quotidiano, respetivamente: 1.18. “Saber usar um extintor”, 4.1. “Compreender o funcionamento das taxas de juros nos empréstimos ou compras com cartão de crédito”, 4.2. “Saber as desvantagens de fazer compras com o seu cartão de crédito”, 4.3. “Saber a importância de um limite de crédito”, 4.8. “Conhecer as vantagens e desvantagens de usar um cheque pré-datado ou pagamento com cartão de crédito na loja” e 4.19. “Manter registos do dinheiro que recebe e das contas que paga”. Destacam-se sobretudo competências no âmbito da subescala Habitação e Gestão de Dinheiro, dimensão essencial na vida adulta independente.

Num estudo realizado por Santos e seus colaboradores (2017) verificou-se que os resultados obtidos nas subescalas do Programa Umbrella, referentes a dinheiro, estudos/trabalho e casa, apontam para um aumento das pontuações entre a primeira avaliação e a segunda avaliação, pós-intervenção, sugerindo um aumento significativo no nível de autonomia nestas competências. Estes indicadores remetem para um aumento significativo no nível de autonomia no que respeita a tarefas domésticas da vida diária, estudos e trabalho/escola, à utilização dos serviços da comunidade e a estratégias de poupança no quotidiano. Com este estudo, é indicado também que a auto percepção de maior capacitação poderá estar associada ao aumento significativo da autoestima das jovens. Neste sentido, parece-nos fundamental o recurso a programas

estruturados que potenciem o desenvolvimento destas competências em áreas fundamentais da autonomia na vida adulta.

Existem, no entanto, algumas competências que são igualmente trabalhadas através de programas estruturados e de situações do quotidiano, e que incluem essencialmente competências, mais uma vez, da subescala Habitação e Gestão de Dinheiro, entre outras: 1.13. “Saber ler o conteúdo dos rótulos de produtos alimentares relativos à quantidade de gordura, açúcar, sal e calorias dos alimentos”, 3.13. “Conhecer os sinais de um relacionamento abusivo”, 4.4. “Saber a importância de um limite de crédito”, 4.5. “Saber como gerir a sua conta bancária”, 4.10. “Conseguir calcular os custos ao mudar para uma casa nova, tais como os seus rendimentos, caução, valor da renda, existência de um fiador, eletrodomésticos e mobília”, 4.11. “Saber como preencher uma candidatura para ter apoio ao arrendamento de um apartamento”, 4.12. “Saber como obter ajuda de emergência para pagar a água, eletricidade e contas de gás”, 4.17. “Conhecer um adulto que possa procurar para obter aconselhamento financeiro”, 4.18. “Fazer o plano de gastos que deve pagar todos os meses”, 4.20. “Saber o que pode acontecer, segundo as leis do país, se for apanhado a conduzir sem seguro do carro ou carta de condução”, 5.4. “Saber o que significam as informações no recibo do salário” e 5.5. “Saber como preencher um formulário de pedido de isenção da Segurança Social para o primeiro emprego”.

Com efeito, as situações do quotidiano também permitem a promoção da autonomia. Ferreira (2018) assume que as competências de vida só se encontram sólidas se houver contacto com situações reais, mas salienta que muitos jovens entram tardiamente no sistema de acolhimento e que muitos apresentam uma bagagem de vivências marcada pela falta de regras e pelo desinteresse na aprendizagem, o que dificulta, muitas vezes, o desenvolvimento das competências fundamentais à sua integração. Com o estudo que realizou, a autora observou que as dimensões da vida pessoal, gestão doméstica e financeira, rede social, trabalho e escola foram consideradas por ambas as equipas técnicas inquiridas, como importantes. Além destas conclusões, a autora salientou que os jovens depois de se autonomizarem voltam a pedir ajuda à instituição onde foram acolhidos. Ambas as instituições inquiridas revelaram que mantêm uma política de porta aberta, encontrando-se sempre disponíveis para ajudar quem precisa, e concluiu ainda, que muitas jovens voltam para rever a equipa e os amigos da casa residencial de onde saíram, para partilhar os seus sucessos, apresentar a sua família e expor as suas dúvidas nas mais diversas áreas da sua vida. Este acompanhamento no quotidiano da vivência da jovem na instituição e pós

situação de acolhimento revela-se fator protetor de situações de exclusão social, como vimos anteriormente no enquadramento teórico deste trabalho.

Quanto às restantes competências exploradas no instrumento aplicado, são assumidas pelos participantes, como sendo trabalhadas apenas através de situações do quotidiano. Num estudo realizado por Lourenço (2014) apurou-se que as jovens reconhecem que a instituição tenta promover condições para o desenvolvimento da sua autonomia na preparação das competências domésticas e na organização e gestão do tempo, uma vez que as regras, o funcionamento e as tarefas domésticas proporcionam planeamento e rotina favoráveis à aquisição dessas capacidades. Porém, este estudo revela que em algumas áreas é considerado insuficiente o que se faz, nomeadamente num acompanhamento mais próximo por parte da equipa técnica.

Depois de uma análise de diversos estudos e com o culminar de toda a informação recolhida, neste estudo, compreende-se que apesar da maioria dos profissionais inquiridos declarar que não é aplicado um programa estruturado na casa residencial onde trabalham, consideram que é muito importante a sua implementação e que ter formação para trabalhar competências de autonomia com os jovens é igualmente pertinente ou até muito pertinente. Aliás, 14 dos inquiridos referem que seria muito útil obter formação centrada em programas estruturados de promoção da autonomia e 4 referem que seria útil.

CONCLUSÃO

Sendo a autonomização o final do processo de desenvolvimento da preparação para a vida adulta, é importante que este processo se inicie assim que a criança ou jovem entre no sistema de acolhimento e não apenas na idade do adulto emergente e/ou jovem adulto (Lourenço, 2014). Uma vez que a autonomia comportamental abrange tarefas funcionais, as instituições de acolhimento devem potenciar um ambiente de vida com base na estabilidade relacional, funcional e instrumental de maneira a prepararem as crianças e jovens para os desafios que os processos de transição acarretam.

Como referido por Lourenço (2014), vários profissionais têm expectativas positivas relacionadas com a aplicação de um programa de autonomia, pelo que se espera que estes possam ter uma intervenção mais específica e direcionada, que favoreça a capacitação dos jovens e promova o desenvolvimento apropriado da autonomia prevenindo situações menos adequadas.

Independentemente de os jovens saírem das instituições por autonomização ou por reintegração familiar, é importante a existência de um acompanhamento contínuo para lidarem com situações do quotidiano ou, no caso de haver reintegração familiar, será importante o jovem continuar a ser acompanhado, o que se sabe que muitas vezes não acontece.

Em Portugal, os espaços de autonomização foram criados para que os jovens tenham possibilidade de apreenderem e treinarem as competências de vida, necessárias para o desenvolvimento da autonomia, no entanto, é ainda uma resposta social pouco utilizada (apenas 1%), tendo em conta o número de jovens em sistema de acolhimento, apesar de ter aumentado o número de jovens a utilizar esta resposta de 2016 para 2017 (de 63 para 79 jovens) (segundo Relatório CASA de 2017). Com efeito, na realidade do sistema de acolhimento português, a educação e o treino de competências pessoais, sociais e de autonomia nem sempre são aspetos devidamente trabalhados.

Segundo Sousa (2015), com base nas estatísticas atuais e nos relatórios públicos, os jovens que entram hoje em acolhimento institucional apresentam novos desafios às instituições e a todos os profissionais envolvidos, pelo que será pertinente repensar os atuais modelos de intervenção nas instituições de acolhimento que deverão ser sustentados em respostas reparadoras com vista ao ajustamento e integração psicossocial das crianças e jovens acolhidos, preparando-os para uma vida adulta autónoma e responsável.

Desta forma, de acordo com múltiplos autores, é evidente a necessidade da existência de programas que promovam nestas crianças e jovens competências e conhecimentos em diversos níveis, desde as competências pessoais e sociais até ao desenvolvimento da responsabilidade e autonomia. Com efeito, as falhas resultantes do processo de institucionalização poderão ter repercussões negativas na vida presente e futura destes jovens, pelo que é premente que este trabalho seja realizado, de forma a minimizar os efeitos nefastos associados a um acolhimento não apropriado (Dinis, 2013).

Consoante Barth et al. (2009, cit. por Lourenço, 2014) o desenvolvimento de programas de autonomia de vida e de competências sociais e pessoais em jovens institucionalizados é vital. A aprendizagem destas competências prepara as crianças e jovens para uma vida saudável em sociedade.

Compreende-se assim, com base em diversos autores e estudos, que se torna impreterível a implementação de programas de desenvolvimento de competências, que incluam situações associadas aos mais diversos contextos de vida dos jovens, com vista a promover uma autonomia efetiva, visto que as competências que os jovens conseguem adquirir durante o período da institucionalização são importantes para inculcar segurança pessoal e desenvolver uma autonomização com sucesso (Sousa, 2015).

Com este estudo foi possível conhecer a utilização dada a programas de autonomia e aos apartamentos de autonomização, assim como perceber que competências de autonomia são mais ou menos trabalhadas e, ainda, compreender a pertinência de mais formação nesta área para os profissionais que trabalham com as crianças e jovens institucionalizados. Constatou-se que as competências de autonomia mais trabalhadas foram as de relacionamento e comunicação e as menos exploradas centraram-se na área da gestão da habitação e do dinheiro. Assume-se como objetivo paralelo deste estudo, dar a conhecer, a todos os profissionais da área e aos próprios participantes, a realidade que é vivida neste âmbito.

Apesar destas considerações, decorrentes dos resultados encontrados, não podemos terminar sem apontar as limitações deste trabalho. Neste sentido, salienta-se o facto deste estudo ter sido realizado com uma amostra reduzida, devido ao difícil acesso aos possíveis participantes decorrente, sobretudo, da falta de disponibilidade das instituições para colaborar. Salienta-se ainda o tamanho e morosidade no preenchimento do instrumento como uma dificuldade acrescida na recolha de dados. Por fim, acresce a escassez de estudos com estas dimensões que não nos permitiu o

confronto desejável destes resultados com a literatura. Em estudos futuros, destaca-se a pertinência da análise de variáveis sociodemográficas, profissionais e de natureza institucional nas percepções dos técnicos e elementos da equipa educativa sobre promoção de autonomia, com uma amostra maior.

Com este projeto foi possível concluir que nas instituições em estudo podem ser utilizadas práticas capazes de promover o treino das competências pessoais e sociais de cada jovem, no entanto, compreende-se que a aplicação de programas estruturados facilita a aquisição das mesmas e que teria efeitos positivos quando cumpridos na íntegra. Porém, parece ser fundamental que se realize um estudo sobre esta temática a nível nacional, de modo a conhecer melhor esta realidade, principalmente em relação à eficácia destas práticas a longo prazo. Assim, este estudo demonstra a necessidade premente de aplicar mais programas de autonomia estruturados, de formar mais técnicos e educadores neste âmbito, salientando-se, ainda a importância de realizar um acompanhamento após a saída dos jovens das casas de acolhimento residencial. É ainda importante ressaltar outras temáticas que devem ser estudadas e que decorrem da temática explorada neste trabalho, de que são exemplo: a gravidez precoce nas jovens que acabam de sair das instituições, o impacto da inexistência de apartamentos de autonomização no trabalho das instituições e, ainda, a falta de apoio pós-acolhimento aos jovens que não conseguem atingir a plenitude da sua autonomização. Fica o desafio para próximos trabalhos em prol do bem-estar destes jovens.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, A. (2016). *Autonomia em adolescentes/ jovens institucionalizados* (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Viseu, Viseu. Obtido de <http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4498/1/Carolina%20Almeida.pdf>
- Azevedo, A. (2016). *Jovens em sistema de acolhimento: competências de vida diária, autocuidado, habitação e gestão do dinheiro* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Braga. Obtido de <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/22093>
- Ansell, D., Morse, J., Nollan, K., & Hoskins, R. (2004). *Casey Life skills. Casey Family Programs*. Obtido de <https://www.casey.org/casey-life-skills-resources/>
- Brites, J., Batista, V., Ribeiro, E., & Cordeiro, L. (2016). Projeto de vida em lares de infância e juventude: perspectivas dos técnicos. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7(1-2), 83-92. Obtido de http://dspace.lis.ulisiada.pt/bitstream/11067/3501/1/rpca_v7_n1-2_6.pdf
- Caregnato, R., & Mutti, R. (2006). Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm, Florianópolis*, 15(4), 679-84. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>
- Carvalho, M. (2013). Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens. *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens - Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano*, 1-48. Obtido de <http://makebraga.pt/wp-content/uploads/2017/03/CARVALHO-MJL-Acolhimento-2013.pdf>
- Carvalho, M., & Cruz, H. (2015). *Promoção da Autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição*. Obtido de https://run.unl.pt/bitstream/10362/36520/1/Brochura_Autonomia_Final_28_05.1.pdf
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (CNPDPJC) (2019). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2018*.

Obtido de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica.aspx>

Correia, L., & Antunes, M. (2016). Educar para a autonomia de vida: uma intervenção com crianças/jovens institucionalizados. In Atas do XIII Congresso SPCE, *Cidadania, Formação E Trabalho* (pp. 276-282). Obtido de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/51214/3/Livro%20de%20Atas%20XIII%20Congresso%20SPCE%202016.pdf>

Cruz, J., Lopes, A., & Carvalho, M. (2016). Educação para a autonomia em instituições de crianças e jovens: O que nos dizem as narrativas dos profissionais. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 4(6), 353-367. Obtido de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/45532>

Delgado, P., & Gersão, L. (2018). O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal: Novos discursos, novas práticas? *Análise Social*, 1(226), 112-134. Obtido de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0003-25732018000100005&script=sci_arttext&tlng=en

Dinis, A. (2013). *Trevo: Uma proposta de intervenção para a população institucionalizada em Lares de Infância e Juventude* (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto. Obtido de <https://core.ac.uk/download/pdf/61016238.pdf>

Fatela, J. (2015). La création de la justice des mineurs au Portugal. *Naissance et mutation de la justice des mineurs*. (17). 37-64. Obtido de <https://journals.openedition.org/rhei/3791>

Ferreira, C. (2017). A procura do sentido nas aprendizagens de crianças e jovens em acolhimento residencial. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(8), 269-289. Obtido de <https://ojs.netlink.com.br/index.php/rpq/article/view/87>

Ferreira, F. (2018). *Boas Práticas de Integração Social dos Jovens Após sua Institucionalização* (Dissertação de Mestrado). Obtido de

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/83490/1/Tese%20Vers%c3%a3o%20Definitiva%20Filipa%20Ferreira.pdf>

Fundação Calouste Gulbenkian. (2015). *Autonomia. Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Obtido de https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2016/05/29202306/Brochura-Autonomia-Final-28_05.pdf

Fundação Calouste Gulbenkian. (2015). *Programa Crianças e Jovens em Risco. Intervenção junto de crianças e jovens em risco, através de projetos-piloto de norte a sul do país, com famílias e instituições de acolhimento - Acolhimento Institucional*. Obtido de <https://gulbenkian.pt/project/programa-criancas-e-jovens-em-risco/>

Gaspar, M., Gaspar, J., & Elias, A. (2017). Desafios de Autonomização com Jovens (Ex)Acolhidos. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 8(1), 187-203. Obtido de <https://web.b.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=16474120&AN=127415930&h=TO%2fWhhIJnjPE%2bKexQalRibKVcctRC70VNmJ7qj9JhHpDdl%2bnwSzycPeLFfxqmVsd2aPW1y2WGKDgXtGQ1wydQ%3d%3d&crl=c&resultNs=AdminWebAuth&resultLocal=ErrCrlNotAuth&crlhashurl=login.aspx%3fdirect%3dtrue%26profile%3dehost%26scope%3dsite%26authtype%3dcrawler%26jrnl%3d16474120%26AN%3d127415930>

IBM. (s.d.). *IBM SPSS Statistics Base 25*. Obtido de file:///E:/MESTRADO%20-%202%C2%BA%20ano/Bibliografia%20Disserta%C3%A7%C3%A3o/IBM_SPSS_Statistics_Base.pdf

Instituto de Segurança Social. (2005). *Manual de Boas Práticas – Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Obtido de http://www.seg-social.pt/documents/10152/14707/acolhimento_residencial_crianças_jovens/40a9198f-3ce5-44b3-b98a-b1ccdd8bf1c8

Instituto de Segurança Social. (2009). *Autonomia de Vida. Pretextos*, (34), 1-32. Obtido de http://www.seg-social.pt/documents/10152/63933/revista_pretextos_34/0f2617b3-370d-4154-a3d1-bb46c2762c34

Instituto da Segurança Social. (2010). *Manual de Processos-Chave Lar Residencial*. Obtido de http://www.seg-social.pt/documents/10152/13454/gqrs_lar_residencial_processos-Chave/f1f50be0-d188-4016-8a5c-25cf3191da6a

Instituto de Segurança Social. (2016). *Crianças e Jovens em situação de Perigo. Apartamento de Autonomização*. Obtido de <http://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens-em-situacao-de-perigo>

Instituto de Segurança Social. (2017). *CASA – Relatório de Caracterização Anual da Situação se Acolhimento das Crianças e Jovens*. Obtido de http://www.seg-social.pt/documents/10152/16000247/Relatorio_CASA_2017/537a3a78-6992-4f9d-b7a7-5b71eb6c41d9

Instituto Universitario de Integración en la Comunidad (s.d.). *PHS - Programa de Habilidades Sociales*. Obtido de <https://inico.usal.es/214/manuales/p-h-s-programa-de-habilidades-sociales.aspx>

Lei n.º147/99, de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Lei n.º 26/2018, de 5 de julho, Quarta alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Lourenço, A. (2014). *Avaliação do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” desenvolvido com jovens institucionalizados* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa. Obtido de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/8435>

Martins, P. (2005). *A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens — As Respostas Institucionais*. In Atas do VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade? Obtido de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3163/1/A%20Qualidade%20dos%20Servi%C3%A7os%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20Crian%C3%A7as%20e%20Jovens%20-%20As%20respostas%20institucionais.pdf>

- Martins, S. (2015). *Processo de Autonomização dos Jovens através do apartamento de autonomização – Programa de Residência e Apoio à integração de adolescentes*. Obtido de <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6771/Sara%20Martins.pdf?sequence=1>
- Neves, M. (2011). *Autonomia e Satisfação com a Vida em Jovens Institucionalizados: Lares de Infância e Juventude vs Apartamentos de Autonomização* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra. Obtido de <http://dspace.ismt.pt/handle/123456789/146>
- Oliveira, V. &, Kaercher, N. (2017). Do Perfil do Jovem Contemporâneo e das Potencialidades de Trabalho da Geografia Escolar. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, 21(1), 137-147. Obtido de <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/20682>
- Ordem dos Psicólogos. (2019). *Linhas de orientação para a prática profissional. Psicologia no Âmbito da Proteção das Crianças e Jovens em Risco*. Obtido de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/direito-das-criancas/guias-para-profissionais/psicologia-no-ambito-da-protecao-das-criancas-e-jovens-em-risco.aspx>
- Pappámikail, L. (2010). Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 395-410. Obtido de <https://pentaho.letras.up.pt/ojs/index.php/Sociologia/article/view/2296>
- Pereira, D. (2016). *Desafios à (Des) Institucionalização de Crianças e Jovens: processos de autonomização e pós-acolhimento* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Porto. Obtido de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21788/1/Tese%20Daniela%20Pereira.pdf>

- Pestana, M., & Gageiro, J. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Sílabo, Lda. Obtido de http://www.silabo.pt/conteudos/7752_PDF.pdf
- Pires, S (2011). *A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizadas* (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Bragança, Bragança. Obtido de [https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6856/1/A%20Promoc%CC%A7a%CC%83o%20da%20Autonomia%20em%20Jovens%20Institucionalizados.p
df](https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6856/1/A%20Promoc%CC%A7a%CC%83o%20da%20Autonomia%20em%20Jovens%20Institucionalizados.pdf)
- Programa Umbrella. (2006). *Programa Umbrella. Olhar o futuro, preparados para a vida*. Lousada: Mundos de Vida, Associação para a Educação e Solidariedade.
- Reis, V. (2009). *Crianças e Jovens em Risco: Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Coimbra. Obtido de [https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/11781/1/tese%20versao%20reformu
lada%20final2.pdf](https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/11781/1/tese%20versao%20reformulada%20final2.pdf)
- Rodrigues, S. (2016). *A transição para a vida ativa dos jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento – Percursos de inserção* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa. Obtido de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/12798>
- Santos, L., Velho, C., Pinheiro, M., & Palaio, C. (2017). A avaliação da eficácia de um Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida junto de adolescentes em acolhimento residencial. *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*, 1-9. Obtido de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/46948>
- Santos, L., Velho, C., Pinheiro, M., & Palaio, C. (2017). Processos e práticas durante o acolhimento de crianças e jovens: resultados de um programa de desenvolvimento de competências para a vida. *Cescontexto-debates*, (19), 1-24. Obtido de <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/46949/1/Santos%2C%20Velho%2C%20Pinheiro%20e%20Palaio%202017.pdf>

- Santos, L., Velho, C., Pinheiro, M., & Palaio, C. (2018). *Projet'ar-te – desenvolvimento de competências para a vida: Estudo de eficácia e follow-up de um programa de desenvolvimento de autonomia para jovens em acolhimento residencial. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 9(2), 43-61. Obtido de <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/rpca/article/view/2710/2941>
- Sousa, L., et al. (2018). Modelos De Formulação Da Questão De Investigação Na Prática Baseada Na Evidência. *Revista Investigação em Enfermagem*, 31-39. Obtido de <https://repositorio-cientifico.essatla.pt/bitstream/20.500.12253/1287/1/artigo31-39.pdf>
- Sousa, R. (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em Lares de Infância e Juventude* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Coimbra. Obtido de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/31190>
- Unicef. (1989). *A convenção sobre os direitos da criança*. Obtido de https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf
- Veloso, C. (2014). *Lares de Infância e Juventude: contributos para a autonomia* (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Viseu, Viseu. Obtido de <http://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/2264>
- Vicente, B. (2009). *Desenvolvimento da Autonomia Sustentada de Jovens provenientes de Acolhimento Institucional: Projecto para o Desenvolvimento de Competências Emocionais e Operacionais para a Independência* (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. Obtido de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1881>

ANEXOS

Anexo A - Cronograma do Projeto

	2018				2019										
FASES DO PROJETO	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Apresentação do tema do projeto															
Seleção da amostra															
Definição da estrutura do projeto															
Pesquisa bibliográfica															
Formulação da questão de estudo e objetivos específicos															
Elaboração do instrumento de recolha de dados															

Contacto com instituições para recolha de dados															
Recolha de dados															
Tratamento dos dados															
Análise de resultados															
Entrega e apresentação do projeto															

Anexo B – Pedido de autorização para utilização do instrumento *Casey Life Skills*

Exma. Sra.

Professora Doutora Armanda Gonçalves,

O meu nome é Sara Sofia Oliveira, sou aluna do Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, ministrado na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Viseu e atualmente encontro-me a elaborar o projeto final sobre perceções de profissionais, pertencentes à equipa técnica e educativa, acerca da promoção da autonomia em jovens institucionalizados.

Nesse sentido, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a e restantes colegas, na qualidade de autores da tradução e adaptação, autorização para utilizar, no âmbito do estudo previamente mencionado, os itens da versão portuguesa da Escala Casey Life Skills a fim de que os profissionais se possam pronunciar sobre a sua intervenção nesse âmbito junto dos jovens, referindo ainda se a mesma é realizada com base em programa estruturado ou em situações do quotidiano, cf. exemplo abaixo:

Na instituição onde trabalha:	É uma competência...				Se é de alguma forma trabalhada, é através de...	
Itens do Casey Life Skills Assessment – Escala de Competências de Vida (Gonçalves, Macedo, Pinto & Azeredo, 2016)	Nada trabalhada	Pouco trabalhada	Trabalhada	Muito trabalhada	Programa estruturado	Situações do quotidiano
1. Dia-a-dia						
1.1. Saber onde ir para usar a internet						
1.2. Saber encontrar o que quer na internet						
1. (...)						

Agradeço, desde já, todo o V. apoio e colaboração., manifestando a minha disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional neste âmbito podendo-o fazer através do contacto telefónico para o número 933419192 ou e-mail: sara.sofia_oliveira@hotmail.com.

Com os melhores cumprimentos,
Sara Sofia Oliveira.

Anexo C – Pedido de autorização para recolha de dados nas instituições

Exmo(a). Sr(a).,

O meu nome é Sara Oliveira, sou Técnica Superior de Educação Social e estou a frequentar o mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na Escola Superior de Educação de Viseu.

Venho por este meio solicitar a autorização de V. Ex.^a para a recolha de dados para fins de investigação no âmbito do projeto final de mestrado que me encontro a desenvolver sobre programas de autonomia e transição aplicados em casas de acolhimento residencial, sob orientação das Professoras Doutoradas Rosina Fernandes e Cátia Magalhães.

Neste sentido, gostaria de solicitar a V. colaboração, preenchendo um questionário online (que será enviado via e-mail para a V. instituição) a ser preenchido pelos elementos da direção e equipa técnica da casa de acolhimento que aceitem participar no estudo.

Os dados recolhidos serão anónimos e confidenciais e unicamente utilizados no âmbito deste estudo.

Agradeço, desde já, todo o V. apoio e colaboração., manifestando a minha disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional neste âmbito.

Com os melhores cumprimentos,

Sara Sofia Oliveira

Anexo D – Questionário

QUESTIONÁRIO

PROMOÇÃO DE AUTONOMIA EM ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Este questionário destina-se aos elementos das equipas técnicas e educativas das casas de acolhimento residencial e enquadra-se no desenvolvimento de um projeto do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco da Escola Superior de Educação de Viseu. Neste estudo pretende-se explorar as perceções dos participantes sobre a promoção da autonomia em jovens institucionalizados. Neste sentido, solicitamos a sua colaboração no preenchimento deste questionário, apelando à honestidade nas suas respostas. Garantimos confidencialidade e anonimato, salientando que os dados recolhidos serão usados apenas para fim académico. Obrigada pela colaboração.

Consentimento Informado

Ao participar neste estudo irá contribuir para o aumento do conhecimento científico nesta área. Todos os dados que fornecer neste questionário serão tratados de forma confidencial, garantindo sempre a sua privacidade e anonimato.

Declara que compreende o procedimento desta investigação, tal como o fim a que esta se destina? Sim _____ Não _____

1. Caracterização Pessoal

1.1. Género _____ 1.2. Idade _____

1.3. Habilitações académicas: _____

1.3.1. Área de formação? _____

1.4. Profissão _____

1.5. Nesta instituição é elemento da equipa: Técnica ____ Educativa ____

1.5.1. Há quanto tempo exerce estas funções na instituição? _____ (em meses)

2. Caracterização da Instituição

2.1. Localização (distrito) _____

2.2. Número de elementos da equipa técnica por profissão: _____

2.3. Número de elementos da equipa educativa: _____

2.4. Género das crianças e jovens acolhidos Feminino __ Masculino__ Ambos _

2.5. Quantas crianças/jovens no total acolhe neste momento a instituição? (Número de crianças até aos 10 anos e, número de adolescentes/ /jovens a partir dos 11 anos) _____

3. Autonomia

3.1. A casa de acolhimento residencial onde trabalha tem:

3.1.1 apartamento/residência/espço/unidade de apoio à autonomia e transição para a vida adulta (resposta interna da instituição)? Sim__ Não__

3.1.2. apartamento de autonomização (protocolado com Segurança Social)? Sim_ Não

3.1.1. Se respondeu sim em 3.1.1/3.1.2, está a ser utilizado? Sim_____ Não_____

3.1.2. Se está a ser utilizado, por quantos jovens? _____

3.2. Na casa de acolhimento residencial onde trabalha é implementado algum programa estruturado (conjunto de sessões estruturadas para promoção da autonomia, devidamente testado cientificamente e implementado como definido pelos autores que o desenvolveram) de autonomia? Sim__ Não__ Não sei __

Se sim...

3.2.1. Qual? _____

3.2.2. Com que frequência? _____

3.2.3. Como classifica a adesão dos jovens ao programa?

Muito fraca __ Fraca __ Boa __ Muito boa __

Se não...

3.2.4. Qual o motivo? _____

3.2.5. Em que medida seria importante implementar um programa estruturado de promoção da autonomia na sua instituição?

Nada importante __ Pouco importante __ Importante __ Muito importante __

3.3. Considera pertinente, para si, frequentar algum tipo de formação para trabalhar competências de autonomia com os jovens?

Nada pertinente ____ Pouco pertinente ____ Pertinente ____ Muito pertinente ____

3.3.1. Se considera pertinente ou muito pertinente, em que medida essa formação seria útil se centrada em programas estruturados de promoção da autonomia?

Nada útil ____ Pouco útil ____ Útil ____ Muito útil ____

3.4. Preencha, por favor, as colunas A e B da tabela que se segue, tendo por referência a **intervenção que é realizada na sua instituição** relativamente a um conjunto de competências de autonomia do instrumento *Casey Life Skills Assessment* – Escala de Competências de Vida. **Se a competência não é nada trabalhada, não responda à coluna B.**

Na instituição onde trabalha:	A. É uma competência...					B. Se é de alguma forma trabalhada, é através de...	
	Nada trabalhada	Pouco trabalhada	Trabalhada	Muito trabalhada		Programa estruturado	Situações do quotidiano/tarefas propostas pela instituição
Itens do <i>Casey Life Skills Assessment</i> – Escala de Competências de Vida (Gonçalves, Macedo, Pinto, & Azeredo, 2016)							
1. Competências de Vida Diárias							
7.1. Saber como aceder à internet							
7.2. Conseguir encontrar o que quer na internet							
7.3. Saber como usar a conta de e-mail							
7.4. Saber criar, guardar, imprimir e enviar documentos no computador							
7.5. Conhecer os riscos de se encontrar com uma pessoa que conheceu online							

7.6. Saber escolher não publicar fotografias ou mensagens se estas magoarem os sentimentos de alguém						
7.7. Saber o que fazer ou a quem contar se receber mensagens online que façam sentir mal ou com medo						
7.8. Conhecer pelo menos um adulto, para além do técnico/gestor de referência, que atenderia uma chamada, a meio da noite, se tiver uma emergência						
7.9. Ter um adulto em quem confia, para além do técnico/gestor de referência, que contacta para saber como está regularmente						
7.10. Saber fazer uma lista e comparar preços quando vai às compras						
7.11. Saber confeccionar refeições com ou sem receita						
7.12. Pensar sobre a sua alimentação e ter consciência do seu impacto na saúde						
7.13. Saber ler o conteúdo dos rótulos de produtos alimentares relativos à quantidade de gordura, açúcar, sal e calorias dos alimentos						
7.14. Saber como lavar a roupa na máquina						
7.15. Saber manter o espaço onde vive limpo						

7.16. Saber que produtos de limpeza deve usar nas diferentes áreas da casa, designadamente na cozinha e casa de banho						
7.17. Saber passar a ferro						
7.18. Saber usar um extintor						
8. Competências de Autocuidado						
8.1. Saber fazer curativos a pequenas feridas e o que fazer quando está doente						
8.2. Quando necessário saber como obter cuidados médicos e dentários						
8.3. Saber como marcar as suas consultas médicas e dentárias						
8.4. Saber quando deve ir às urgências em vez de ir ao consultório médico						
8.5. Conhecer a histórica médica da sua família						
8.6. Ter pelo menos um adulto de confiança que iria visitar se estivesse no hospital						
8.7. Ter pelo menos um adulto de confiança que legalmente possa tomar decisões médicas por si e falar por si caso esteja incapaz de o fazer						
8.8. Saber como aceder a medidas de apoio social						
8.9. Saber como aceder a medidas de apoio ao nível da saúde						
8.10. Saber como aceder a medidas de apoio à formação/educação						

8.11. Tomar banho diariamente						
8.12. Escovar os seus dentes diariamente						
8.13. Saber como se afastar de situações que o/a possam prejudicar						
8.14. Ter para onde ir quando se sente inseguro/a						
8.15. Saber dizer que não a uma relação íntima sexual quando não quer						
8.16. Saber as formas de se proteger de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)						
8.17. Saber como prevenir uma gravidez						
8.18. Saber onde ir para obter informação sobre sexo e gravidez						
9. Competências de Relacionamento e Comunicação						
9.1. Conseguir falar por si próprio						
9.2. Saber como agir em situações sociais ou profissionais						
9.3. Saber como respeitar pessoas com diferentes crenças, opiniões e culturas						
9.4. Conseguir descrever a sua identidade racial e étnica						
9.5. Conseguir explicar a diferença entre orientação sexual e identidade de género						

9.6. Ter amigos com quem gosta de estar que o/a ajudem a sentir-se apreciado/a e com valor						
9.7. Fazer parte de uma família em que se cuidam uns dos outros						
9.8. Conseguir entrar em contacto com pelo menos um membro da família quando quer						
9.9. Ter amigos ou família com quem estar nas férias e em ocasiões especiais						
9.10. Saber que pode ficar ao cuidado pelo menos de um adulto quando sair do acolhimento						
9.11. Conhecer pelo menos um adulto, que pode ser avô/ó ou tio/ia dos seus filhos ou futuros filhos						
9.12. Ter relacionamentos livres de agressões físicas tais como, bater, esbofetear e agressões verbais, como humilhar, ser gozado/a ou insultado/a						
9.13. Conhecer os sinais de um relacionamento abusivo						
9.14. Saber qual o objetivo do seu acolhimento						
9.15. Ter informação sobre os membros da sua família						
9.16. Pensar sobre como as suas escolhas têm impacto nos outros						
9.17. Conseguir lidar com a raiva sem magoar outros ou danificar coisas						

9.18. Mostrar aos outros que se preocupa com eles						
10. Habitação e Gestão de dinheiro						
10.1. Compreender o funcionamento das taxas de juros nos empréstimos ou compras com cartão de crédito						
10.2. Saber as desvantagens de fazer compras com o seu cartão de crédito						
10.3. Saber a importância de um limite de crédito						
10.4. Saber como gerir a sua conta bancária						
10.5. Colocar dinheiro na sua conta poupança quando pode						
10.6. Conhecer um adulto que iria ajudar se tivesse uma emergência financeira						
10.7. Consultar o seu banco online para manter o controlo do seu dinheiro						
10.8. Conhecer as vantagens e desvantagens de usar um cheque pré-datado ou pagamento com cartão de crédito na loja						
10.9. Saber como encontrar uma casa segura e economicamente acessível						
10.10. Conseguir calcular os custos ao mudar para uma casa nova, tais como os seus rendimentos, caução, valor da renda, existência						

de um fiador, eletrodomésticos e mobília						
10.11. Saber como preencher uma candidatura para ter apoio ao arrendamento de um apartamento						
10.12. Saber como obter ajuda de emergência para pagar a água, eletricidade e contas de gás						
10.13. Saber o que pode acontecer se não cumprir o contrato de arrendamento						
10.14. Saber explicar a importância de ter um seguro de arrendatário ou proprietário						
10.15. Conhecer um adulto com quem possa viver uns dias ou semanas se precisar						
10.16. Conhecer pelo menos um adulto que viva numa casa estável e segura e que o/a contacta regularmente, para além do seu gestor de caso ou outro profissional						
10.17. Conhecer um adulto que possa procurar para obter aconselhamento financeiro						
10.18. Fazer o plano de gastos que deve pagar todos os meses						
10.19. Manter registos do dinheiro que recebe e das contas que paga						
10.20. Saber o que pode acontecer, segundo as leis do país, se for apanhado a conduzir sem seguro do carro ou carta de condução						

10.21. Conseguir explicar como se pode renovar a carta de condução ou o cartão de cidadão						
10.22. Conseguir calcular todos os custos do seu próprio carro, tais como registo, reparações, seguro e combustível						
10.23. Saber como usar um transporte público para chegar onde precisa						
11. Trabalho e estudos						
11.1. Saber como elaborar um currículo						
11.2. Saber como preencher um formulário para a candidatura de emprego						
11.3. Saber como se preparar para uma entrevista de emprego						
11.4. Saber o que significam as informações no recibo do salário						
11.5. Saber como preencher um formulário de pedido de isenção da Segurança Social para o primeiro emprego						
11.6. Saber quais são os direitos dos trabalhadores						
11.7. Saber o que é assédio sexual e discriminação						
11.8. Saber as razões pelas quais os contactos pessoais são importantes para arranjar emprego						
11.9. Saber como obter os documentos que precisa para o trabalho, como o Cartão de Cidadão e o registo criminal						

11.10. Saber como aceder/obter o seu registo de saúde e registo criminal						
11.11. Conhecer um adulto que irá consigo se precisar de mudar de escola						
11.12. Saber como obter os serviços de psicologia na sua escola						
11.13. Saber onde pode obter ajuda para preencher um formulário de Imposto sobre o rendimento de pessoas Singulares (IRS)						
11.14. Ter um adulto na sua vida que se preocupe acerca de como está na escola e no trabalho						
11.15. Aceitar receber críticas e orientações na escola ou no trabalho sem perder o controlo						
11.16. Saber como se preparar para os exames e/ou apresentações						
11.17. Saber onde pode obter tutoria ou outro tipo de ajuda com os trabalhos escolares						
11.18. Rever o seu trabalho para corrigir erros						
11.19. Chegar à escola ou ao trabalho a horas						
11.20. Fazer o seu trabalho bem e atempadamente						
12. Planeamento da Carreira e Educação						
12.1. Saber como procurar estágios profissionais						
12.2. Saber como encontrar informação sobre formação profissional						

12.3. Conseguir explicar os benefícios de fazer trabalho voluntário						
12.4. Conversar com um adulto que trabalhe num emprego que gostaria de ter						
12.5. Saber que tipo de formação (faculdade, escola profissional) precisa para o trabalho que quer fazer						
12.6. Saber como concorrer para aceder à escola, formação ou trabalho que quer depois da escola secundária						
12.7. Saber como encontrar ajuda financeira para ajudar a pagar a sua educação ou formação						
12.8. Falar com um adulto que cuida de si sobre os seus planos de educação						
12.9. Conhecer um adulto que possa ajudar a candidatar para a formação ou educação depois do ensino obrigatório						
13. Projeção do Futuro						
13.1. Acreditar que pode influenciar a forma como a sua vida se vai desenrolar						
13.2. Conseguir ver-se no futuro como um adulto bem-sucedido						
13.3. Ter com relacionamento com um adulto de confiança de quem gosta e respeita						

13.4. Gostar de usar a sua experiência para ajudar outros jovens						
13.5. Acreditar que as suas relações com os outros o/a irão ajudar a ter sucesso						
13.6. Sentir que está pronto/a para a próxima etapa da sua vida						
13.7. De uma forma geral, sentir orgulho da maneira como está a viver a sua vida						
13.8. De uma forma geral, sentir que tem controlo de como a sua vida vai ser						

MUITO OBRIGADA!